



## Relatório de Administração 2017 - Enel Brasil S.A.

Srs. Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Brasil S.A. submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### 1) Perfil

Uma das cinco maiores empresas privadas do setor elétrico brasileiro, a Enel Brasil S. A. é uma holding de companhias que atuam em distribuição, geração, prestação de serviços, conversão e transmissão de energia. Com sede em Niterói (RJ), a empresa mantém operações em quatro estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul.

Os serviços de distribuição são destinados a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e de setores públicos, com fornecimento de energia a aproximadamente 10 milhões de clientes, nos Estados do Rio de Janeiro, Ceará e Goiás.

Em geração, são atendidas distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do País.

Por meio da controlada Enel Soluções, empresa constituída em 2009, a Enel Brasil oferece produtos massivos e presta serviços corporativos e institucionais, a exemplo de instalações elétricas e eficiência energética, para pessoas físicas e jurídicas nos estados do Ceará e Rio de Janeiro.

A Enel Brasil encerrou o exercício de 2017 com 24.667 colaboradores, sendo 3.588 próprios e 21.079 parceiros.

Com receita líquida de R\$ 16,4 bilhões, registrou um EBITDA de R\$ 2,5 bilhões e um lucro líquido de R\$ 734 milhões no ano de 2017.

A Enel Brasil é a subsidiária brasileira da Enel Américas S.A, controlada pelo Grupo italiano Enel. Constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, a Enel Brasil possui o controle majoritário em três distribuidoras de energia (Ampla Energia, Coelce e CELG D), três empresas de geração (EGP Cachoeira Dourada, Central Geradora Térmica Fortaleza - CGTF e EGP Projetos I), uma empresa de transmissão (Enel Cien) e uma empresa de prestação de serviços para o setor de energia (Enel Soluções).



## 1) Perfil

Em 30 de novembro de 2016 a Enel Brasil foi vencedora do leilão de privatização da CELG Distribuição S.A. - CELG D (“CELG D”). O contrato de compra e venda de ações da controlada CELG D foi celebrado em 14 de fevereiro de 2017. Nesta data foi efetivado o pagamento pela aquisição de 94,84% do capital da controlada CELG D no valor de R\$ 2.187 milhões. Além disso, o processo de privatização também determinou que 7.676.127 ações da controlada CELG D, de propriedade da Eletrobrás, 5,10% do capital social, fossem oferecidas aos empregados e aposentados da controlada CELG D, com a obrigação da Enel Brasil S.A comprar as sobras de ações cujas opções de compra não fossem exercidas. Dessa forma, em 4 de maio de 2017, a Enel Brasil S.A adquiriu as sobras correspondentes a 7.590.039 ações, 5,04% do capital social da controlada CELG D, pelo montante de R\$ 81.669 mil, totalizando 99,88% de participação no capital social da controlada CELG D, ao final do processo de aquisição.

Em 27 de setembro de 2017, a Enel Brasil S.A. participou do “Leilão de Concessões não prorrogadas” organizado pelo Governo Federal por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e ganhou o direito de operar por um período de 30 anos a usina hidrelétrica de Volta Grande (EGP Projetos I), por um valor total de R\$ 1.420 milhões. A usina está localizada no Sudeste do país, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, e tem uma capacidade total instalada de 380 MW. O grupo Enel Brasil iniciou sua gestão sobre o ativo em 11 de novembro de 2017.



## 2) Principais indicadores

Indicadores Operacionais Geração	2017	2016	Var. %
Capacidade instalada (MW)	1.365	985	39%
Energia assegurada (Garantia Física) (MW)	964	734	31%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	4.034	3.665	10%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	12.587	9.448	33%
Indicadores Operacionais Transmissão	2017	2016	
Capacidade Transmissão (MW)	2.200	2.200	0%
Energia Transmitida (MWh)	225	822	-73%
Indicadores Operacionais Distribuição	2017	2016	
Energia Fornecida - Venda e Transporte (GWh)	36.206	23.177	56%
Número de Consumidores	10.099.443	6.949.260	45%

Número de Colaboradores	2017	2016	Var. %
Número de colaboradores próprios	3.588	2.499	43,6%
Número de colaboradores parceiros	21.079	15.044	40,1%
<b>Total</b>	<b>24.667</b>	<b>17.543</b>	<b>40,6%</b>

Consolidado			
Indicadores Patrimoniais	2017	2016	Var. %
Ativo total (R\$ mil)	29.856.936	16.409.744	81,9%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	11.962.475	8.093.302	47,8%
Dívida bruta - (R\$ mil)	6.982.107	3.304.779	111,3%
Dívida líquida - (R\$ mil)	5.259.412	2.122.747	147,8%
Lucro líquido do exercício (R\$ mil)	733.635	718.944	2,0%
Lucro Líquido por ação (R\$)	2,39	2,95	-19,0%
Valor patrimonial por ação (R\$)	38,97	33,22	17,3%



### 3) Desempenho econômico

Valores em R\$ mil	Consolidado			
	Resultado	2017	2016	Var. %
Receita Operacional Bruta		25.357.662	15.485.827	63,7%
Deduções da Receita Bruta		(8.929.990)	(5.632.475)	58,5%
Receita Operacional Líquida		16.427.672	9.853.352	66,7%
Custo do Serviço e despesas operacionais		(14.679.338)	(8.549.617)	71,7%
EBITDA (1)		2.545.899	1.860.438	36,8%
Margem EBITDA		15,50%	18,88%	-3,38 p.p
EBIT (2)		1.748.334	1.303.735	34,1%
Margem EBIT		10,64%	13,23%	-2,59 p.p
Resultado Financeiro		(799.390)	(357.953)	123,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social		(215.309)	(226.838)	-5,1%
Lucro Líquido		733.635	718.944	2,0%
Margem Líquida		4,47%	7,30%	-2,83 p.p
Lucro Líquido por ação (R\$)		2,39	2,95	-19,0%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

O desempenho econômico da Enel Brasil S.A. espelha os fatos econômicos associados às empresas as quais consolida. Os dados consolidados do exercício de 2017 incorporam os resultados do exercício de 2017 da controlada EGP Projetos I (usina de Volta Grande) e os resultados de 11 meses (fevereiro a dezembro de 2017) da controlada CELG D.

A receita operacional bruta de 2017 foi superior a apresentada no ano de 2016 em 63,7%, devido, principalmente, a maiores receitas oriundas das Companhias de distribuição, com destaque para a aquisição da controlada CELG D, aliado ao aumento do ativo regulatório proveniente de maior risco hidrológico e maiores custos com compra de energia no ano de 2017 observado nas distribuidoras do Grupo. Além disso, contribuiu com esta variação, o aumento da receita no segmento de geração com a aquisição da controlada EGP Projetos I e com a comercialização de energia realizada na controlada EGP Cachoeira Dourada.

Os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de 71,7%, explicado, principalmente, em razão da incorporação de custos das novas empresas consolidadas no exercício de 2017 (controladas CELG D e EGP Projetos I) e por maiores custos com compra de energia no mercado spot realizado na comercialização de energia.

O EBITDA consolidado da Enel Brasil alcançou R\$ 2,5 bilhões, R\$ 685 milhões superior ao apresentado em 2016 (R\$ 1,8 bilhão).

O resultado financeiro alcançou R\$ 799 milhões em 2017, R\$ 441 milhões superior ao apresentado no ano anterior (R\$ 358 milhões), devido, principalmente, à incorporação dos resultados financeiros das novas empresas consolidadas no exercício de 2017 (controladas CELG D e EGP Projetos I).



## 4) Responsabilidade socioambiental

### RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

---

#### Qualidade

**Prêmio Abradee 2017** - A Enel Distribuição Ceará, na 19ª edição do Prêmio Abradee, recebeu o primeiro lugar na categoria "Responsabilidade Social" entre todas as distribuidoras do setor elétrico brasileiro.

**Prêmio "As Melhores da Dinheiro", da Revista IstoÉ Dinheiro** - Pelo terceiro ano consecutivo, a Enel Brasil conquistou o primeiro lugar do setor elétrico no ranking "As Melhores da Dinheiro", publicado pela Revista IstoÉ Dinheiro. Além de campeã geral do setor elétrico, a Enel foi destaque em primeiro lugar nos critérios de Governança Corporativa e Recursos Humanos.

#### Inovação e Sustentabilidade

**Guia Exame de Sustentabilidade** – Por mais um ano a Enel Brasil integra a lista das empresas modelo no país pelo Guia Exame de Sustentabilidade, sendo destaque entre as empresas do setor elétrico.

**Empresa Pró-Ética 2017** - A Enel Brasil foi uma das 23 empresas reconhecidas pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) como uma empresa referência no questionário Empresa Pro-Ética, em sua segunda participação. A banca avaliadora inclui o Instituto Ethos, BMF & Bovespa, Instituto ETCO e outras instituições relevantes.

**Prêmio Nacional de Inovação** - A Enel no Brasil venceu a principal categoria do Prêmio Nacional de Inovação 2017 organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em 'Gestão da Inovação'. O Prêmio Nacional de Inovação é o principal reconhecimento no Brasil para promoção da Inovação no setor empresarial. O prêmio se divide em quatro modalidades de acordo com o faturamento das participantes e nas categorias: Gestão da Inovação, Inovação de Produto, Inovação de Processo, Inovação Organizacional e Inovação em Marketing.

**Best Innovator 2017** – A Enel Brasil ficou entre as 20 empresas mais inovadoras do país pelo Best Innovator 2017. Esta é a segunda vez que a companhia se destaca no prêmio, ficando em 11º lugar no ranking geral. Realizado em outros 15 países, o Best Innovator tem como objetivo manter um ambiente contínuo de debate em inovação. Ele avalia as empresas de acordo com cinco critérios: estratégia; processo; organização e cultura; estrutura e suporte; e resultado da inovação.

**Ranking de Inovação Valor Econômico** – A Enel Brasil conquistou o segundo lugar do setor elétrico no Ranking de Inovação do Valor Econômico, ficando em 31º no ranking geral.



## 4) Responsabilidade socioambiental

### RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

---

**“GC Advanced” Pacto Global** - O relatório anual de sustentabilidade Enel Brasil 2016, alcançou pelo quarto ano consecutivo o nível avançado “GC advanced” do Pacto Global das Nações Unidas. Esta classificação é determinada pelo relato e avanço das ações da companhia nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e luta contra corrupção.

**Empresa Cidadã** - Enel Brasil recebeu o certificado de Empresa Cidadã, do conselho Regional de sustentabilidade do Rio de Janeiro (CRC/RJ), por seu relatório anual de sustentabilidade 2016. O prêmio é nacional e reconhece a qualidade das informações contábeis e socioambientais publicadas pelas empresas.

**Selo Empresa Amiga da Criança 2017** – A Enel recebeu mais uma vez o selo Empresa Amiga da Criança concedido pela Fundação Abrinq. O Programa mobiliza e reconhece empresas que desenvolvem ações sociais para a promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Além do selo, dois projetos foram reconhecidos como destaque em melhores práticas de projetos sociais na região Centro-Oeste com a Plataforma Sinfonia do Amanhã e o Geração Consciente. Desde 2007, as distribuidoras do grupo mantêm este selo.

**Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental** - A Enel Distribuição Ceará recebeu pelo segundo ano consecutivo o Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental, que tem por objetivo reconhecer as iniciativas e a atuação das empresas em prol da preservação do meio ambiente. O destaque da 13ª edição da premiação foram os projetos Luz Solidária e Enel Compartilha Eficiência, na categoria “Desempenho Ambiental e Inclusão Social – Tratamento de Resíduos”.

**Prêmio FIRJAN de Ação Socioambiental** - A Enel Brasil recebeu durante a cerimônia do Prêmio Firjan de Ação Ambiental 2017, realizado no Rio de Janeiro, uma menção honrosa referente ao Programa Ecoenel. Na sua quinta edição, o Prêmio Firjan de Ação Ambiental valoriza práticas de empresas de todos os portes que tenham aprimorado seus processos produtivos ao implantar projetos com foco em sustentabilidade.

### Pessoas

**Prêmio Nacional de Qualidade de Vida** - O Programa de Recursos Humanos Bem Viver conquistou, pela terceira vez, o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV) na categoria Ouro, promovido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV)

**Excelência em Educação Corporativa** - A Enel recebeu o Prêmio de Excelência em Educação Corporativa do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec). O reconhecimento tem o objetivo de destacar as empresas que investiram na formação dos seus colaboradores ao longo de 2017.



## 4) Responsabilidade socioambiental

### RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

---

**Prêmio Eloy Chaves 2017** – A controlada Enel CIEN foi eleita a Transmissora de Energia Elétrica mais segura do país, no prêmio promovido pela Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), que destaca as práticas de segurança do trabalho.

**Melhores Empresas Para Trabalhar** – A Enel Brasil ficou entre 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, em pesquisa feita pela revista Época e Great Place to Work. Ocupamos a posição 65º no ranking Nacional e o 5º lugar no ranking das melhores empresas do Estado do Rio de Janeiro.

### Cultura e Comunicação

**Prêmio ABERJE** – A Enel Brasil foi vencedora de um prêmio regional da ABERJE (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial), o maior reconhecimento de comunicação do país, com o projeto “Orgulho de Ser Nordeste”.

### RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

---

Para o grupo Enel no Brasil, a sustentabilidade faz parte da estratégia de crescimento da companhia, que integra um comportamento responsável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos. Os planos industriais e de sustentabilidade se integram e são executados a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e fornecedores. Estes planos possuem objetivos, metas e indicadores monitorados nas diversas áreas das empresas, em alinhamento com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dois quais a Enel tem metas diretas para quatro: Educação de Qualidade (ODS 4), Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13), buscando assim a geração de valor compartilhado entre a empresa e seus stakeholders.

Os 155 projetos socioambientais, desenvolvidos nas comunidades das áreas de atuação das empresas do grupo em 2017, foram focados em iniciativas de educação para o consumo consciente e disseminação de conceitos e práticas de sustentabilidade. Destacam-se o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia - no caso das distribuidoras - assim como o apoio ao desenvolvimento local, à geração de renda e a democratização do acesso à cultura em todas as empresas. Com o desenvolvimento dos seus variados projetos, em 2017, a Enel Brasil gerou mais de R\$ 2,4 milhões de renda para as comunidades em que atuou e trocou cerca de 220 mil lâmpadas incandescente por lâmpadas econômicas e mais de 18 mil refrigeradores ineficientes por aparelhos com selo A do Procel. No total, foram investidos cerca de R\$ 80 milhões e beneficiadas diretamente 6,8 milhões de pessoas nos 4 estados de atuação no Brasil: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul.

Dentre os projetos desenvolvidos pelo grupo Enel no Brasil que atendem às necessidades e particularidades de cada localidade, merecem destaque em 2017 as seguintes iniciativas:



## 4) Responsabilidade socioambiental

### RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

---

**Ecoenel:** São realizadas parcerias com recicladores para que os clientes da empresa possam trocar seus resíduos por bônus da conta de luz. O projeto favorece a conscientização sobre o uso adequado dos recursos ambientais, incentivando a reciclagem e o uso consciente da energia.

**Plataforma Sinfonia do Amanhã:** Programa que visa fortalecer a educação musical nas regiões de atuação da Enel no Brasil, por meio da criação de uma plataforma colaborativa entre instituições e projetos com esse foco, proporcionando o desenvolvimento e a conexão entre as 26 escolas participantes. O programa promove ainda o acesso à cultura, fortalecimento da cidadania e inclusão social do beneficiados.

**Luz Solidária:** É um projeto de crowdfunding onde os clientes das empresas de distribuição da Enel recebem um incentivo em desconto nas lojas varejistas parceiras do programa para trocar um equipamento elétrico de sua casa por outro mais eficiente (como ar condicionados, geladeiras, freezer), concordando em entregar o antigo para a reciclagem e em contribuir financeiramente para um projeto social.

**Enel Compartilha Liderança em Rede:** O programa reúne lideranças locais em reuniões mensais com o objetivo de formar parcerias e construir uma relação de proximidade entre a empresa e as comunidades onde atua, impulsionando o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias em torno das redes de ação integrada, desenho e implantação de projetos que compartilhem soluções para problemas comuns.

**Enel Compartilha Cultura:** Esse programa visa reforçar a cultura local, com diversos projetos e iniciativas que incluem apoio à leitura, à literatura, à produção audiovisual e à dança.

**Enel Compartilha Consumo Consciente:** Para promover o acesso à energia, o programa vai até a casa das pessoas ou em espaços comunitários onde elas se reúnem para dialogar sobre o uso sustentável da energia elétrica e de outros recursos. Um outro equipamento desse programa que apoia a difusão do consumo consciente de energia, são as carretas customizadas com maquetes, jogos e animação sobre energia e meio ambiente, que ficam abertas ao público em praças públicas, promove concursos e sorteios de troca de equipamentos, como lâmpadas e geladeiras e ainda realiza visitas em escolas.

**Enel Compartilha Oportunidade:** Promove o desenvolvimento social e econômico das regiões onde a empresa atua, desenvolve projetos de capacitação para o mercado de trabalho para jovens e adultos nas comunidades do entorno, cria redes de empregadores com as empresas contratadas em sua cadeia de valor e com outras empresas da região. O programa também emprega alguns desses jovens em suas atividades e identifica outras oportunidades de emprego, encaminhando-os e acompanhando seu desenvolvimento profissional.



## 4) Responsabilidade socioambiental

### RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

---

**Enel Compartilha Eficiência:** O programa desenvolve e implementa soluções em equipamentos e tecnologia para melhorar a eficiência energética de casas de famílias com baixa renda e de prédios comerciais e públicos. Pelo programa de eficiência energética da empresa são trocadas geladeiras antigas por outras com selo de eficiência A do Procel e são refeitas instalações elétricas precárias em residências de baixo poder aquisitivo. O programa também implementa soluções com geração distribuída de energia solar, por meio de painéis fotovoltaicos, para o funcionamento de bombas de água em residências de baixa renda, de aparelhos de saúde de clientes eletrodependentes e para as dependências de escolas públicas. O objetivo é tornar o consumo mais eficiente e reduzir a conta de luz dos clientes atendidos.

**Enel Compartilha Empreendedorismo:** O programa desenvolve e apoia projetos que potencializam o desenvolvimento econômico de pessoas e grupos em comunidades de baixa renda, estimulando a formação de redes e associações produtivas comunitárias, apoiando-os na qualificação de seus produtos, na criação de canais de venda, na formação para gestão e desenvolvimento de mercado, respeito ao meio ambiente e possível aporte de estrutura e insumos.

**Rede do Bem – Programa de Voluntariado Enel Brasil:** Desde 2012 a Rede do Bem promove ações de voluntariado, a fim de estimular a cidadania e criar um ambiente de cooperação entre os colaboradores da empresa com as comunidades. Em 2015 foi lançada a nova plataforma online do programa, que deu aos voluntários mais autonomia e interatividade dentro da Rede do Bem. Em 2017 foram promovidas campanhas de doação, caminhadas ecológicas, Natal com Propósito, reformas e outras atividades que mobilizaram 232 voluntários.

**Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”:** Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Em 2017, temas como direitos humanos, controle financeiro, empreendedorismo e cuidados com o meio ambiente, foram abordados nas 36 atividades, durante os quatro meses dedicados aos pilares Ser Humano, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Econômico.



## 5) Composição acionária (ações em unidades)

Composição Acionária	2017		2016	
Para	Ações	%	Ações	%
Enel Américas S.A.	295.381.664	96,23%	221.705.984	91,00%
Chilectra Inversud S.A.	-	0,00%	10.342.306	4,25%
Enel Generación Perú S.A.A.	6.957.053	2,27%	6.957.053	2,86%
Ações em Tesouraria	4.618.298	1,50%	4.618.298	1,90%
Outros	7	0,00%	7	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>306.957.022</b>	<b>100,00%</b>	<b>243.623.648</b>	<b>100,00%</b>

## 6) Agradecimentos

A Enel Brasil S.A. expressa seus agradecimentos aos acionistas, aos membros do Conselho de Administração, aos clientes e fornecedores, aos Governos Municipais, Estadual e Federal, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor e, em especial, aos seus colaboradores próprios e de empresas parceiras pelo empenho e dedicação, fundamentais ao cumprimento de seus objetivos.

A Administração.



## 7) Informações corporativas

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Carlo Federico Vladimir Il'ic Zorzoli	Diretor Presidente
Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Orestes Lizardo Castañeda Pacheco	Diretor de Operações
Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira	Diretor Administrativo
Janaina Savino Vilella Carro	Diretora de Comunicação
Carlos Ewandro Naegele Moreira	Diretor de Recursos Humanos e Organização
Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque	Diretora Jurídica
José Nunes de Almeida Neto	Diretor de Relações Institucionais
José Alves de Mello Franco	Diretor de Regulação
Margot Frota Cohn Pires	Diretora de Compras
Flávia da Silva Baraúna	Diretora de Serviços e Segurança Patrimonial
Márcia Massotti de Carvalho	Diretora de Sustentabilidade
Luis Alonso Campos Rivas	Diretor de Tecnologia da Informação e Telecomunicações
Guilherme Gomes Lencastre	Diretor de Desenvolvimento e Negócios de Infra-Estrutura e Redes
Bruno Cecchetti	Diretor de Inovação
Vago	Diretor de Desenvolvimento de Negócios de Geração
Matteo de Zan	Diretor Adjunto
André Osvaldo dos Santos	Diretor Adjunto
Cristine de Magalhães Marcondes	Diretor Adjunto
Carlos Omar Arriagada Retamal	Diretor Adjunto
Roberto Zanchi	Diretor Adjunto

Conselho de Administração	Membros
Presidente	Mario Fernando de Melo Santos
Vice-Presidente	Luca D'Agnesse
Conselheiro	Antônio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque
Conselheiro	Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira
Conselheiro	Anna Brogi

### Outras Informações:

Enel Brasil S.A.

Praça Leoni Ramos, 1, 7º andar, bl. 02 – São Domingos

CEP 24210-205 – Niterói (RJ) – Brasil

Tel.: 55 21 2613-7000

[www.enelbrasil.com.br](http://www.enelbrasil.com.br)

CNPJ: nº 07.523.555/0001-67

### Relações com Investidores

Isabel Regina Barroso de Alcantara

### Contador

Franklin Natanael da Silva

CRC RJ-093216/O-0

# **Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas**

**Enel Brasil S.A.**

31 de dezembro de 2017 e 2016  
com o Relatório do Auditor Independente

# Enel Brasil S.A.

Demonstrações financeiras da controladora e consolidadas

31 de dezembro de 2017 e 2016

## Índice

Relatório dos auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais .....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	12

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Enel Brasil S.A.**  
Niterói - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enel Brasil S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Enel Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Paulo José Machado  
Contador CRC-1RJ061469/O-4

## Enel Brasil S.A.

Balanços patrimoniais  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016 (reclassificado)	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	373.080	275.698	1.382.758	969.232
Títulos e valores mobiliários	5	25.051	79.068	339.937	212.800
Consumidores, concessionários e permissionários	7	-	-	3.347.355	1.771.868
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	8	-	-	757.717	548.843
Créditos especiais	9	-	-	201.815	-
Tributos a compensar	10	74.175	58.722	563.289	274.512
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	12	-	-	200.293	71.310
Serviços em curso		-	-	147.892	137.328
Dividendos a receber		89.007	119.268	-	-
Cauções e depósitos	11	-	-	-	108.163
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	22	84	-	3.131	787
Empréstimos com partes relacionadas		757.535	380.900	-	-
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	6	-	-	47.326	-
Outros créditos	14	37.019	29.391	523.180	362.273
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.355.951</b>	<b>943.047</b>	<b>7.514.693</b>	<b>4.457.116</b>
Não circulante					
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	7	-	-	226.889	160.765
Créditos Especiais	9	-	-	929.797	-
Tributos a compensar	10	-	-	322.360	201.698
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	12	-	-	81.155	-
Depósitos vinculados a litígios	25	65	135	459.148	285.728
Cauções e depósitos	11	-	-	25.485	26.985
Tributos diferidos	29	73.811	57.996	659.957	628.049
Benefício fiscal - ágio incorporado	13	-	-	42.499	49.240
Instrumento financeiro derivativo - ganho no swap	22	-	-	91.378	10.316
Empréstimos com partes relacionadas		341.669	1.100.818	-	-
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	6	-	-	1.369.578	-
Ativo indenizável (concessão)	16	-	-	4.349.270	3.345.545
Serviços em curso		-	-	52.885	-
Outros créditos	14	-	-	18.654	2.224
Investimentos	15	11.052.931	4.159.725	-	100
Imobilizado	17	3.613	3.737	1.806.506	1.886.173
Intangível	18	139.652	157.451	11.906.682	5.355.835
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>11.611.741</b>	<b>5.479.862</b>	<b>22.342.243</b>	<b>11.952.658</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>12.967.692</b>	<b>6.422.909</b>	<b>29.856.936</b>	<b>16.409.774</b>

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo					
Circulante					(reclassificado)
Fornecedores	19	147.976	87.167	3.032.057	1.396.489
Empréstimos e financiamentos	20	18.630	189.049	828.210	620.804
Debêntures	21	-	-	148.751	560.875
Folha de pagamento		12.896	11.810	158.264	113.143
Obrigações fiscais	23	27.127	22.773	755.512	507.750
Taxas regulamentares		-	-	974.705	610.492
Dividendos a pagar		184.705	174.838	232.436	232.434
Obrigações com benefícios pós-emprego	28	-	-	41.430	2.974
Risco hidrológico - GSF		-	-	295.332	65.127
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		-	-	88.134	59.647
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	22	-	-	84.365	13.510
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	12	-	-	116.988	-
Outras obrigações		1.812	2.356	331.645	165.065
Total do passivo circulante		393.146	487.993	7.087.829	4.348.310
Não circulante					
Fornecedores	19	-	-	1.027.692	96.955
Empréstimos e financiamentos	20	1.280.765	-	4.912.466	1.422.611
Debêntures	21	-	-	1.092.680	700.489
Obrigações fiscais	23	-	-	10.052	-
Tributos diferidos	29	-	-	413.248	51.126
Obrigações com benefícios pós-emprego	28	-	-	711.428	587.083
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		-	-	352.275	112.167
Taxas regulamentares		-	-	30.576	-
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	12	-	-	38.962	89.052
Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	25	940	1.015	1.873.541	813.381
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	22	12.500	-	32.147	62.615
Outras obrigações		-	-	311.565	32.683
Total do passivo não circulante		1.294.205	1.015	10.806.632	3.968.162
Patrimônio líquido	26				
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social					
Subscrito		6.276.995	3.873.826	6.276.995	3.873.826
A integralizar		-	(2.364.777)	-	(2.364.777)
Integralizado		6.276.995	1.509.049	6.276.995	1.509.049
Ações em tesouraria		(111.025)	(111.025)	(111.025)	(111.025)
Reserva de capital		2.504.370	2.504.370	2.504.370	2.504.370
Reserva de lucros		2.358.646	1.801.698	2.358.646	1.801.698
Outros resultados abrangentes		160.881	114.469	160.881	114.469
Ajustes de avaliação patrimonial		90.474	115.340	90.474	115.340
		11.280.341	5.933.901	11.280.341	5.933.901
Atribuível aos acionistas não controladores:					
Demais acionistas do Grupo Enel		-	-	826	1.549.374
Outras acionistas não controladores		-	-	681.308	610.027
		-	-	682.134	2.159.401
Total do patrimônio líquido		11.280.341	5.933.901	11.962.475	8.093.302
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.967.692	6.422.909	29.856.936	16.409.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Enel Brasil S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	30	-	-	<b>16.427.672</b>	9.853.352
Custo do serviço	31	-	-	<b>(13.605.739)</b>	(7.703.209)
Lucro bruto		-	-	<b>2.821.933</b>	2.150.143
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	31	-	-	<b>(279.432)</b>	(360.265)
Despesas gerais e administrativas	31	<b>(142.217)</b>	(154.722)	<b>(851.128)</b>	(570.815)
Amortização e reversão de ágio oriundo da incorporação	31	<b>(19.903)</b>	(21.511)	<b>(19.903)</b>	(21.511)
Resultado de equivalência patrimonial	15	<b>811.254</b>	568.600	-	-
Outras receitas operacionais	31	<b>465</b>	163	<b>76.864</b>	106.183
Total (despesas) receitas operacionais		<b>649.599</b>	392.530	<b>(1.073.599)</b>	(846.408)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		<b>649.599</b>	392.530	<b>1.748.334</b>	1.303.735
Resultado financeiro	32				
Receita financeira		<b>354.490</b>	280.304	<b>953.564</b>	779.197
Despesa financeira		<b>(294.253)</b>	(44.553)	<b>(1.752.954)</b>	(1.137.150)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>709.836</b>	628.281	<b>948.944</b>	945.782
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	29	<b>(10.619)</b>	(11.138)	<b>(495.642)</b>	(451.184)
Diferidos	29	<b>14.505</b>	56.946	<b>184.455</b>	141.334
Incentivo fiscal	29	-	-	<b>95.878</b>	83.012
Lucro líquido antes das participações minoritárias		<b>713.722</b>	674.089	<b>733.635</b>	718.944
Atribuível aos acionistas controladores				<b>713.722</b>	674.089
Atribuível aos acionistas não controladores:					
Demais acionistas do Grupo Enel				<b>(93.050)</b>	(56.963)
Outros acionistas não controladores				<b>112.963</b>	101.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Enel Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	<b>713.722</b>	674.089	<b>733.635</b>	718.944
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Perda em instrumento financeiro derivativo de controlada	<b>23.705</b>	144	<b>25.269</b>	(4.241)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumento financeiro derivativo de controlada	<b>(8.436)</b>	(49)	<b>(9.713)</b>	1.442
Efeitos de variação cambial sobre controlada no exterior	<b>31.143</b>	67.848	<b>31.143</b>	67.848
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	<b>46.412</b>	67.943	<b>46.699</b>	65.049
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho (perdaperda) atuarial em fundo de pensão de controlada	<b>17.969</b>	(17.563)	<b>(14.157)</b>	(35.307)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	<b>(15.087)</b>	5.971	<b>15.758</b>	12.004
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	<b>2.882</b>	(11.592)	<b>1.601</b>	(23.303)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<b>49.294</b>	56.351	<b>48.300</b>	41.746
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<b>763.016</b>	730.440	<b>781.935</b>	760.690
Atribuído a:				
Acionistas controladores			<b>763.016</b>	730.440
Demais acionistas do Grupo Enel			<b>(93.050)</b>	(69.610)
Outros acionistas não controladores			<b>111.969</b>	99.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Enel Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos			Total	
	Integralizado	A Integralizar	Ações em tesouraria	Reserva legal	Outras Reservas	Reserva de reforço para capital de giro				Acionistas controladores	Demais acionista Grupo Enel	Acionistas não controladoras		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.320.049	-	(111.025)	2.504.370	133.839	(4.016)	1.348.001	46.526	142.856	-	5.380.600	1.631.058	530.897	7.542.555
Aumento de capital	2.553.777	-	-	-	-	-	(189.000)	-	-	-	2.364.777	-	-	2.364.777
Capital a integralizar	-	(2.364.777)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.364.777)	-	-	(2.364.777)
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.516)	24.866	(2.650)	(4)	(6)	(2.660)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	333	333	99	41	473	
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80)	(129)	(209)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	674.089	674.089	(56.963)	101.818	718.944
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada	-	-	-	-	-	-	-	(11.592)	-	-	(11.592)	(10.206)	(1.505)	(23.303)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	11.592	-	(11.592)	-	-	-	-
Perda em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	95	-	-	95	(2.440)	(456)	(2.801)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(318)	(509)	(827)
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(174.822)	(174.822)	(11.772)	(20.124)	(206.718)
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	512.874	-	-	(512.874)	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	67.848	-	-	67.848	-	-	67.848
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.873.826	(2.364.777)	(111.025)	2.504.370	133.839	(4.016)	1.671.875	114.469	115.340	-	5.933.901	1.549.374	610.027	8.093.302
Aumento de capital	957.489	-	-	-	-	-	-	-	-	-	957.489	-	-	957.489
Capital a integralizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	2.364.777	-	-	-	-	-	-	-	-	2.364.777	-	-	2.364.777
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.866)	24.866	-	-	-	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	167	167	-	14	181
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.879)	(20.302)	(32.181)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	713.722	713.722	(93.050)	112.963	733.635
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	-	-	-	-	-	-	-	2.882	-	-	2.882	-	(1.281)	1.601
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	(2.882)	-	2.882	-	-	-	-
Ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	-	15.269	-	-	15.269	-	287	15.556
Variação de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.339	2.118	4.457
Transferência de participações	1.445.680	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.445.680	(1.445.680)	-	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(278)	(463)	(741)
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(184.689)	(184.689)	-	(22.055)	(206.744)
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	556.948	-	-	(556.948)	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	31.143	-	-	31.143	-	-	31.143
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.276.995	-	(111.025)	2.504.370	133.839	(4.016)	2.228.823	160.881	90.474	-	11.280.341	826	681.308	11.962.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Enel Brasil S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016 (reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	<b>713.722</b>	674.089	<b>733.635</b>	718.944
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	<b>243.194</b>	363.090
Depreciação e amortização	<b>416</b>	444	<b>861.263</b>	590.871
Imposto diferido oriundo da incorporação	<b>19.903</b>	21.511	<b>19.903</b>	21.510
Provisão para perda na realização de outros créditos	-	16.921	-	-
Equivalência patrimonial	<b>(811.255)</b>	(568.600)	-	-
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	<b>(70)</b>	142	<b>142.099</b>	242.144
Benefício fiscal ágio incorporado	-	-	<b>6.741</b>	7.366
Juros e variações monetárias provisionados	<b>(99.413)</b>	(185.374)	<b>548.868</b>	308.851
Receita do ativo indenizável	-	-	<b>(116.962)</b>	(192.180)
Atualização do bônus de concessão	-	-	<b>(3.975)</b>	-
Valor residual de ativo imobilizado e ativo intangível baixado	-	-	<b>92.184</b>	60.702
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>(14.505)</b>	(56.946)	<b>(184.453)</b>	(141.334)
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	<b>155.653</b>	103.660
Obrigações com benefício pós-emprego	-	-	<b>79.436</b>	62.445
Resultado com instrumentos financeiros	-	-	<b>30.778</b>	133.917
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	-	-	<b>37.259</b>	(32.545)
Outras (receitas) despesas	<b>1.439</b>	(539)	<b>(253)</b>	7.557
(Aumento) redução nos ativos				
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	<b>(920.009)</b>	(234.783)
Subvenção CDE- desconto tarifário	-	-	<b>(185.602)</b>	(116.126)
Dividendos recebidos	<b>705.177</b>	412.391	-	-
Cauções e depósitos	-	-	<b>109.663</b>	(43.762)
Depósitos vinculados a litígios	<b>70</b>	-	<b>(13.301)</b>	24.084
Serviços em curso	-	-	<b>(30.426)</b>	(21.700)
Créditos especiais	-	-	<b>(485.830)</b>	-
Ativo financeiro - contas a receber de concessão (Bonificação de Outorga)	-	-	<b>(1.412.929)</b>	-
Outros créditos	<b>(7.628)</b>	(4.466)	<b>(26.696)</b>	17.299
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	<b>60.809</b>	17.016	<b>1.082.906</b>	(168.888)
Folha de pagamento	<b>1.086</b>	(93)	<b>(3.862)</b>	17.703
Taxas regulamentares	-	-	<b>(327.034)</b>	238.364
Risco Hidrológico - GSF	-	-	<b>199.485</b>	-
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	<b>112.942</b>	(103.757)
Obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	<b>(177.342)</b>	(86.766)
Pagamentos de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	<b>(5)</b>	-	<b>199.607</b>	(166.522)
Outros passivos	-	(8.593)	<b>(112.139)</b>	10.341
Partes relacionadas, líquidas	<b>(544)</b>	-	-	-
Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros, líquidos	-	-	<b>(490.581)</b>	891.738
Instrumentos financeiros, líquidos	-	-	<b>(48.528)</b>	(650)
Tributos a pagar/a compensar, líquidos	<b>(11.099)</b>	(36.949)	<b>(363.146)</b>	(79.826)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<b>558.103</b>	280.954	<b>(247.452)</b>	2.431.747

## Enel Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
				(reclassificado)
Atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	54.017	(28.693)	(127.137)	(6.632)
Aquisição da controlada CELG D, líquido do caixa obtido na aquisição (*)	-	-	(2.239.026)	-
Mútuos concedidos	(891.477)	(88.544)	-	-
Recebimento de mútuos concedidos	239.790	-	-	-
Recebimento de juros de mútuos concedidos (liquidados)	19.210	39.133	-	-
Aquisição da controlada CELG D	(2.268.669)	-	-	-
Aumento de capital em controladas	(1.755.756)	-	-	-
Caixa recebido na venda de investimentos	100	-	100	-
Aplicações no intangível e imobilizado	(292)	(567)	(2.154.441)	(1.492.282)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(4.603.077)	(78.671)	(4.520.504)	(1.498.914)
Atividades de financiamento				
Pagamento de debêntures	-	-	(1.092.989)	(385.959)
Emissão de debêntures	-	-	1.100.000	-
Captação de empréstimos e financiamentos	1.194.045	-	3.981.063	986.111
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(135.492)	-	(1.453.800)	(465.118)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(63.642)	-	(310.162)	(147.434)
Pagamentos de juros de debêntures	-	-	(124.904)	(141.653)
Dividendos pagos	(174.821)	(119.893)	(239.481)	(325.591)
Aporte de capital	3.322.266	-	3.322.266	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	4.142.356	(119.893)	5.181.993	(479.644)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	(511)	6.647
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	97.382	82.390	413.526	459.836
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	275.698	193.308	969.232	509.396
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	373.080	275.698	1.382.758	969.232
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	97.382	82.390	413.526	459.836

(\*) Para maiores detalhes, vide Nota 2.4 c.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais**

#### Contexto operacional

A Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social a participação acionária em outras empresas que atuam ou venham a atuar, direta ou indiretamente, em qualquer segmento no setor elétrico e a prestação de serviços de transmissão, distribuição, geração ou comercialização de energia elétrica e atividades afins.

A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento, que, em conjunto com a Companhia formam o Grupo Enel Brasil (“Grupo Enel” ou “Grupo”):

a) *Distribuição de energia elétrica*

#### Ampla Energia e Serviços S.A.

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Ampla Energia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3” e anteriormente denominada BM&FBOVESPA S.A.), com sede na Praça Leoni Ramos, 1, Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A., é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A controlada Ampla Energia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do Estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para dezembro de 2026.

Ao final do prazo de concessão a mesma pode ser prorrogada a critério do poder concedente ou no advento do término do contrato de concessão todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme descritos na Nota 16.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais--Continuação**

#### Contexto operacional--Continuação

##### a) *Distribuição de energia elétrica--Continuação*

##### Ampla Energia e Serviços S.A.--Continuação

Em reunião do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A ocorrida em 23 de novembro de 2017 foi aprovado, dentro do limite do capital autorizado, aumento de capital social. Em decorrência do referido aumento de capital foram emitidas novas ações, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela Enel Américas S.A. Parte do aumento aqui tratado foi integralizado mediante contribuição e transferência para a Enel Brasil S.A de 51.728.877 ações ordinárias de emissão da controlada Ampla Energia e Serviços S.A, as quais foram devidamente avaliadas, conforme laudos de avaliação elaborados pelo BBVA Brasil Banco de Investimento S.A., na forma do artigo 8º da Lei nº 6.404/76.

As ações de emissão da controlada Ampla Energia transferidas à Enel Brasil S.A como parte da integralização do aumento de capital social mencionado acima representam a totalidade das ações que a Enel Américas S.A detinha na controlada Ampla Energia, de modo que a Enel Américas S.A, com a referida integralização, ocorrida em 23 de novembro de 2017, deixou de ser acionista da controlada Ampla Energia, tendo todas as suas ações transferidas para a titularidade da Enel Brasil S.A, que passou a deter 97.707.384 ações de emissão da controlada Ampla Energia, correspondentes a 99,79% das ações de emissão da controlada Ampla Energia .

##### Companhia Energética do Ceará - COELCE

A Companhia Energética do Ceará - COELCE ("COELCE"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, município de Fortaleza, Estado do Ceará, concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao MME.

A controlada COELCE tem como área de concessão todo o Estado do Ceará. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para maio de 2028.

Ao final do prazo de concessão a mesma pode ser prorrogada a critério do poder concedente ou no advento do término do contrato de concessão todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme descritos na Nota 16.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais--Continuação**

#### Contexto operacional--Continuação

##### a) *Distribuição de energia elétrica--Continuação*

#### Companhia Energética do Ceará - COELCE--Continuação

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de novembro de 2017, a controlada COELCE aprovou, dentro do limite de seu capital autorizado, aumento de capital social. Em decorrência do referido aumento de capital foram emitidas novas ações, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela Enel Américas S.A. Parte do aumento aqui tratado foi integralizado mediante contribuição e transferência para a Enel Brasil S.A de 3.002.812 ações ordinárias, 8.818.006 ações preferenciais classe A, e 424 ações preferenciais classe B de emissão da controlada COELCE, as quais foram devidamente avaliadas, conforme laudos de avaliação elaborados pelo BBVA Brasil Banco de Investimento S.A., na forma do artigo 8º da Lei no 6.404/76.

As ações de emissão da controlada COELCE transferidas à Enel Brasil S.A como parte da integralização do aumento de capital social mencionado acima representam a totalidade das ações que a Enel Américas S.A detinha na Coelce, de modo que a Enel Américas S.A, com a referida integralização, ocorrida em 23 de novembro de 2017, deixou de ser acionista da Coelce, tendo todas as suas ações transferidas para a titularidade da Enel Brasil S.A, que passou a deter 57.652.675 ações de emissão a Coelce, sendo 47.064.245 ordinárias e 10.588.430 preferenciais, correspondentes a 74,05% do capital total da Coelce.

#### CELG Distribuição S.A. - CELG D

Em 30 de novembro de 2016 a Companhia foi vencedora do leilão de privatização da CELG Distribuição S.A. - CELG D ("CELG D") . A remuneração paga pela aquisição dos 94,84% da CELG D foi de R\$2.187.000. Além disso, o processo de privatização também determinou que 7.676.127 ações da CELG D, de propriedade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras ("Eletrobras") e correspondentes aos 5,10% do capital social, teriam sido oferecidas aos funcionários da CELG D, com a obrigação da Enel Brasil S.A comprar as ações para que os funcionários não exercessem suas opções de ações. Dessa forma, em 4 de maio de 2017, a Enel Brasil S.A adquiriu as sobras correspondentes a 7.590.039 ações, 5,04% do capital social da CELG D, no montante de R\$81.669 milhões, referente à parte das ações não adquiridas pelos empregados. Assim, no final do processo de aquisição, a Enel possui 99,88% do capital social da CELG D (vide Nota 2.4).

A CELG D é uma sociedade anônima de capital fechado concessionária de serviço público de energia elétrica no seguimento de distribuição. A controlada CELG D está sediada na Rua 2, Número 505, Jardim Goiás, Goiânia - GO.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais--Continuação**

#### Contexto operacional--Continuação

##### a) *Distribuição de energia elétrica--Continuação*

###### CELG Distribuição S.A. - CELG D--Continuação

A CELG D tem como principal objeto social a exploração técnica e comercial de distribuição de energia no Estado de Goiás, assim como a realização de estudos, projetos, construção e operação de redes de distribuição de energia elétrica

Conforme 5ª Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 63/2000-ANEEL de 25 de agosto de 2000, publicado em 30 de dezembro 2015, a controlada CELG D detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás pelo prazo de 30 (trinta) anos a partir de 7 de julho de 2015.

Ao final do prazo de concessão a mesma pode ser prorrogada a critério do poder concedente ou no advento do término do contrato de concessão todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme descritos na Nota 16.

##### b) *Geração de energia elétrica*

###### Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

A Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. - EGP Cachoeira Dourada ("EGP Cachoeira Dourada"), com sede na Rodovia GO 206, KM0, município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como principais objetivos a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao MME.

Em 5 de setembro de 1997, foi realizado leilão público para aquisição, pela iniciativa privada, da participação acionária representativa do seu capital. Essa operação foi reconhecida pelo poder concedente através do Contrato de Concessão nº011/97, datado de 12 de setembro de 1997, o qual determina que o prazo da concessão é de 30 anos, expirando-se em setembro de 2027. O ativo imobilizado da controlada EGP Cachoeira Dourada é constituído, basicamente, do acervo da citada usina, que está localizada no Rio Paranaíba, com sede no município de Cachoeira Dourada, Goiás, com capacidade instalada de 658 MW, subdivididos em 10 unidades geradoras. A Enel Brasil detém participação direta de 99,61% do capital da Enel Green Power Cachoeira Dourada.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais--Continuação**

#### Contexto operacional--Continuação

#### b) *Geração de energia elétrica--Continuação*

##### *Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF*

A Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF ("CGTF"), sociedade de capital fechado, com sede na Rodovia CE422, Km 01, s/n, Complexo Industrial e Portuária do Pecém, município de Caucaia, Estado do Ceará, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e autorizada pela ANEEL a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica através da Resolução ANEEL nº 433, de 19 de outubro de 2001, compondo-se de um ciclo combinado com duas turbinas a gás e uma turbina a vapor, conforme Despacho ANEEL nº 73/2002. O início das atividades operacionais deu-se em 27 de dezembro de 2003.

Conforme definido no seu estatuto social, a CGTF tem como atividades principais o estudo, projeto, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, que venham a ser concedidos, permitidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como o exercício de outras atividades associadas e a prestação de serviços de qualquer natureza relacionados a essas atividades.

A CGTF é um dos empreendimentos integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT do Governo Federal para ampliação da oferta de energia ao Brasil, tendo a CGTF contratado em 31 de agosto de 2001, a venda de 2.690 GWh/ano (equivalente a 307 MW médios), para a controlada COELCE, também pertencente do Grupo Enel, por 20 anos a partir do início do suprimento de energia em janeiro de 2004, a preço normativo estabelecido pela ANEEL, reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"), do dólar norte-americano e do gás natural contratado.

A CGTF é controlada integral da Enel Brasil.

##### *Enel Green Power Projetos I S.A.*

A Enel Green Power Projetos I S.A. ("*EGP Projetos I*") foi constituída 04 de outubro de 2017, com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica.

Em 27 de setembro de 2017, a controlada *EGP Projetos I* conquistou um contrato de 30 anos de concessão para da usina de Volta Grande, já em operação, localizada no Sudeste do país, com uma capacidade total instalada de 380 MW, de acordo com o "Leilão de Concessões não prorrogadas" organizado pelo Governo Federal por meio da ANEEL.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais--Continuação**

#### Contexto operacional--Continuação

##### b) *Geração de energia elétrica--Continuação*

###### *Enel Green Power Projetos I S.A.--Continuação*

A usina hidrelétrica Volta Grande está localizada no Rio Grande, nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A planta entrou em operação em 1974 e tem uma produção anual de 2,02 TWh.

A controlada *EGP Projetos I* firmou o contrato de concessão em 10 de novembro de 2017 e com início da prestação de serviço em 01 de dezembro de 2017, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão ANEEL nº 01/2017.

A Companhia investiu um total de cerca de R\$1,4 bilhão de reais, na concessão da hidrelétrica, em linha com o plano de investimento estratégico do Grupo Enel. Como parte dos dispositivos de seu contrato de concessão, a controlada *EGP Projetos I* possui uma receita anual de geração garantida.

A *EGP Projetos I* é controlada integral da Enel Brasil.

###### *Eólica Fazenda Nova - Geração e Comercialização de Energia Ltda.*

A Eólica Fazenda Nova - Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Fazenda Nova") é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede na Rua Felipe Camarão, 507, sala 201, Cidade Alta, Natal, Rio Grande do Norte, que tem como objetivo a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia e atividades correlatas.

Em 30 de setembro de 2009, a Enel Brasil concluiu a aquisição de 99,95% do capital acionário da controlada Fazenda Nova pelo montante de R\$3.942. A controlada Fazenda Nova está em fase pré-operacional e foi constituída para participar de leilões de energia eólica.

Em 10 de dezembro de 2017, a controlada Fazenda Nova foi incorporada pela Enel Brasil S.A..

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais--Continuação**

#### Contexto operacional--Continuação

##### c) *Transmissão de energia elétrica*

##### Enel Cien S.A.

A Enel Cien S.A. ("Enel Cien"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. Neste sentido, a controlada Enel Cien promoverá o estudo, planejamento e construção das instalações relativas a sistemas de produção, transmissão, conversão e distribuição de energia elétrica. Também poderá promover a implementação de projetos associados, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos que vier a prestar, podendo, inclusive, participar em outras sociedades.

Em 04 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da controlada Enel Cien à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - ("RAP"), pela ANEEL.

A equiparação comercial e técnica da controlada à transmissora de energia das duas linhas tem prazos definidos de 09 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.098, de 28 junho de 2016, a ANEEL homologou a RAP no montante de R\$307.039, para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

Em 28 junho de 2017, por meio da Resolução Homologatória nº 2.562, a ANEEL homologou a RAP no montante de R\$322.728, para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

A cada quatro anos a controlada Enel Cien é submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP. Contudo, anualmente a RAP é reajustada tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

A Enel Brasil detém participação direta de 100,00% na Enel Cien.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais--Continuação**

#### Contexto operacional--Continuação

##### d) *Prestação de serviços*

##### *Enel Soluções S.A.*

A Enel Soluções S.A. (“Enel Soluções”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, nº 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, constituída em 18 de agosto de 2009, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral.

A Enel Brasil possui participação direta de 99,99% na Enel Soluções.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2018.

### **2. Principais políticas contábeis**

#### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, instrumentos financeiros derivativos e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Adicionalmente, o Grupo Enel considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo Enel estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

### 2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Enel Brasil, suas controladas e controladas indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

Controlada	Percentual de participação (%)		
	Direta	Indireta	
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	100,00	100,00	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. - EGP Cachoeira Dourada	99,61	99,61	-
Ampla Energia e Serviços S.A.	99,79	99,79	-
Enel Cien S.A.	100,00	100,00	-
Compañía de Transmisión del Mercosur S.A. - CTM ("CTM") (i)	99,99	-	99,99
Transportadora de Energia S.A. - Tesa ("TESA") (i)	99,99	-	99,99
Companhia Energética do Ceará - COELCE	74,05	74,05	-
Enel Soluções S.A. - Enel Soluções	99,99	99,99	-
Enel Green Power Projetos I	100,00	100,00	-
CELG Distribuição S.A. - CELG D	99,93	99,93	-
Santander Fundo de Investimento Córdoba Renda Fixa Crédito Privado ("Córdoba") (ii)	100,00	59,00	41,00
Pienza Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento ("Pienza") (ii)	100,00	29,00	71,00
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Firenze ("Firenze") (ii)	100,00	-	100,00

(i) Controladas indiretas localizadas no exterior.

(ii) Fundos de investimentos exclusivos Córdoba, Pienza e Firenze são administrados, respectivamente, pelo Banco Santander S.A., Banco Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A..

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.2. Base de consolidação--Continuação

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas.
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas.
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

### 2.3. Mudanças de estimativas

Durante o exercício de 2017, a Administração da Companhia reavaliou a classificação de algumas rubricas e, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", efetuou a (i) reclassificação dos montantes relativos as operações de compra de energia no mercado de curto prazo ("SPOT"), originalmente classificados na rubrica de contas a receber com consumidores, concessionárias e permissionárias para a rubrica de fornecedores; e efetuou o (ii) refinamento de suas estimativas com relação a PCLD e promoveu os seguintes aprimoramentos em dezembro de 2017:

O Grupo Enel, quando da constituição da PCLD, vinha adotando o reconhecimento do contas a receber líquido das perdas por valores incobráveis ("*write-off*"), tomando por base o critério de dedutibilidade fiscal, sendo constituído a PCLD sobre o saldo remanescente.

A PCLD vinha sendo constituída tomando por base os seguintes critérios:

- Para os consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias;
- Para os consumidores da classe comercial vencidos há mais de 180 dias;
- Para os consumidores das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias;
- Uma análise individualizada ou por classes de consumo dos títulos a receber de valores vencidos a longas datas com ou sem negociação de dívida parcelada.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Mudanças de estimativas --Continuação**

Durante o exercício de 2017, a Administração do Grupo procedeu com as seguintes alterações:

- Revisou e alterou os prazos médios de recuperabilidade dos direitos creditórios por classe de consumo, que passaram a ter como parâmetro o prazo de 180 dias para as classes de consumo residencial; e 360 dias as demais classes de consumo;
- Deixou de constituir a provisão sobre um percentual da dívida parcelada, uma vez que a negociação comercial caduca havendo atraso superior a 3 meses, retornando a dívida para a morosidade correspondente a data de emissão das faturas;
- Alterou o critério de classificação de perdas com valores incobráveis apurado com base nos critérios fiscais, onde (i) os valores vencidos a mais de 5 anos se mantêm apresentados como uma redução do contas a receber (perda), uma vez que com base nos dispositivos legais e regulatórios o êxito na cobrança comercial destes recebíveis o é muita baixo e (ii) os valores vencidos a menos de 5 anos estão sendo apresentados compondo o da PCLD, uma vez que estas dívidas são base para negociações comerciais de recuperação de ativos (campanhas comerciais), os quais são objeto de parcelamento pelo cliente.

Essas modificações em relação às demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as quais foram, as quais foram previamente autorizadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2017, não trouxeram modificações relevantes na posição patrimonial, bem como não alteraram os fluxos de caixa gerado pelas atividades operacionais e o lucro relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.3. Mudanças de estimativas --Continuação

Abaixo demonstramos as reclassificações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

#### Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016:

	Consolidado		
	31/12/2016 (apresentado)	Reclassificações	31/12/2016 (reclassificados)
Ativo			
Circulante			
Concessionárias e permissionários	1.732.085	39.783	1.771.868
Outros ativos	2.685.248	-	2.685.248
Total ativo circulante	4.417.333	39.783	4.457.116
Total ativo não circulante	11.952.658	-	11.952.658
Total do ativo	16.369.991	39.783	16.409.774
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	1.356.706	39.783	1.396.489
Outras passivos	2.951.821	-	2.951.821
Total de passivo circulante	4.308.527	39.783	4.348.310
Total de passivo não circulante	3.968.162	-	3.968.162
Total do patrimônio líquido	8.093.302	-	8.093.302
Total do passivo e patrimônio líquido	16.369.991	39.783	16.409.774

#### Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2016:

	Consolidado		
	31/12/2016 (apresentado)	Reclassificações	31/12/2016 (reclassificados)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	718.944	-	718.944
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa	1.536.054	-	1.536.054
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Concessionárias e permissionários	(195.000)	(39.783)	(234.783)
Outros ativos	661.831	-	661.831
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	(208.671)	39.783	(168.888)
Outros passivos	(81.411)	-	(81.411)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.431.747	-	2.431.747
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(1.498.914)	-	(1.498.914)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(479.644)	-	(479.644)
Ajuste acumulado de conversão	6.647	-	6.647
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	459.836	-	459.836

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Mudanças de estimativas --Continuação

Nota Explicativa 7 - Consumidores, concessionários e permissionários em 31 de dezembro de 2016:

	Consolidado		
	31/12/2016 (apresentado)	Reclassificações	31/12/2016 (reclassificados)
Classe de consumidores:			
Residencial	443.755	385.842	829.597
Industrial	180.978	1.662	182.640
Comercial	241.855	56.245	298.100
Rural	82.810	30.726	113.536
Poder público	324.977	(32.637)	292.340
Serviço público	32.014	2.464	34.478
Revenda	14.441	(409)	14.032
Total de fornecimento faturado	1.320.830	443.893	1.764.723
Parcelamento de débitos	-	87.361	87.361
Total de fornecimento faturado corrente e parcelado	1.320.830	531.254	1.852.084
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(316.819)	(531.254)	(848.073)
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	1.004.011	-	1.004.011

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.4. Combinação de negócio

#### Aquisição da controlada CELG D

Em 14 de fevereiro de 2017, a Enel Brasil S.A, obteve as autorizações pertinentes por parte da autoridade antitruste, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e do órgão regulador do setor elétrico, a ANEEL, em consequência da assinatura do contrato de compra e venda de 99,88% do capital social CELG D, por um montante total de R\$2.268.669, conforme disposto na Nota 1.a..

A aquisição da controlada CELG D incrementa o número de clientes da Enel Brasil para 9.817.668 (o total de clientes antes da incorporação correspondia a 6.989.209).

#### a) Ativos e passivos assumidos na data de aquisição

	<u>Valor justo</u>
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	29.643
Consumidores, concessionários e permissionários	892.657
Tributos a compensar	8.842
Serviços em curso	33.023
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	47.635
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	23.272
Créditos especiais	94.122
Outros créditos	146.309
Não circulante	
Consumidores, concessionários e permissionários	58.458
Tributos a compensar	144.348
Depósito judicial e caução	146.775
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	405.576
Créditos especiais	551.661
Outros créditos	1.672
Investimentos	2.658
Ativo indenizável	89.515
Ativos intangível	6.048.191
Imobilizado	40.343
Total do ativo	<u>8.764.700</u>

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.4. Combinação de negócios--Continuação

##### Aquisição da controlada CELG D--Continuação

##### a) Ativos e passivos assumidos na data de aquisição--Continuação

	<u>Valor justo</u>
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	(481.630)
Empréstimos e financiamentos	(446.119)
Folha de pagamento	(48.983)
Benefícios pós-emprego	(35.922)
Obrigações fiscais	(316.187)
Taxas regulamentares	(497.154)
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	(223.195)
Outras obrigações	(214.307)
Não circulante	
Fornecedores	(999.386)
Empréstimos e financiamentos	(596.870)
Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(718.454)
Obrigações fiscais	(48.524)
Taxas regulamentares	(224.669)
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	(540.098)
Tributos diferidos	(529.958)
Obrigações com benefícios pós-emprego	(238.942)
Outras obrigações	(335.633)
Total do passivo	<u>(6.496.031)</u>

##### b) Determinação do ágio

	<u>Valor justo</u>
Contraprestação transferida em espécie	2.268.669
(-) Valor líquido dos ativos e passivos adquiridos	(2.268.669)
Ágio adquirido	<u>-</u>

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2.Principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.4. Combinação de negócios--Continuação

##### Aquisição da controlada CELG D--Continuação

c) Valores pagos para obter o controle da controlada CELG D

	<u>Valor justo</u>
Valores para aquisição pagos em caixa e equivalentes de caixa	<b>(2.268.669)</b>
Caixa e equivalentes de caixa adquirido da controlada CELG D	<b>29.643</b>
Caixa e equivalentes de caixa pagos pela obtenção do controle da controlada CELG D, líquido do caixa adquirido	<b>(2.239.026)</b>

#### 2.5. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Os ativos e passivos das controladas indiretas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor acumulado reconhecido no patrimônio líquido referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.6. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo Enel e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

#### **2.6.1. Receita de distribuição**

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelas controladas COELCE e Ampla Energia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

#### **2.6.2. Receita de transmissão**

A receita de transmissão é reconhecida com base em documento específico (Resolução Homologatória) emitido anualmente pela ANEEL, com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão.

#### **2.6.3. Receita de atualização da Bonificação de Outorga**

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como "receita operacional". Para a usina de Volta Grande existe uma Taxa Interna de Retorno - TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga ("RBO"). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.6. Reconhecimento de receita--Continuação**

#### **2.6.4. Receita não faturada**

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

#### **2.6.5. Receita de construção**

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria), Interpretação Técnica ICPC 17 - Contrato de Concessão ("ICPC 17") e CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

O Grupo Enel contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim das controladas é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) o Grupo Enel terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

#### **2.6.6. Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.7. Instrumentos financeiros

O Grupo Enel classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

#### a) Ativos financeiros

##### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. O Grupo Enel determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

##### *Mensuração subsequente*

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo Enel que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração ("CPC 38").

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

#### a) Ativos financeiros--Continuação

##### *Mensuração subsequente*--Continuação

##### Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando o Grupo Enel tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado.

##### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

##### *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como:

- (a) Empréstimos e recebíveis.
- (b) Investimentos mantidos até o vencimento.
- (c) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

#### a) Ativos financeiros--Continuação

##### *Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação*

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

##### *Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Grupo Enel transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) o Grupo Enel transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo Enel não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

##### *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

O Grupo Enel avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Passivos financeiros

##### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. O Grupo Enel determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custos da transação diretamente relacionado. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

O Grupo Enel possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge de fluxo de caixa representado por contrato de swap, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures, contra a exposição da taxa de juros do risco de variação das taxas de câmbio de seus empréstimo em moeda estrangeira e derivativos representado pelas Non-Deliverable Forward ("NDF's"), visando proteção a proteção do fluxo de pagamentos dos compromissos futuros em moeda estrangeira (USD) estabelecidos no contrato de abastecimento de gás. A parcela eficaz do hedge de fluxo de caixa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificado para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 21 inclui informações mais detalhadas sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pelo Grupo.

##### *Mensuração subsequente*

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Passivos financeiros--Continuação

*Mensuração subsequente*

*Mantidos para negociação*

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

*Empréstimos, financiamentos e debêntures*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

*Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### c) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

#### d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação.

#### e) Hedge de fluxo de caixa

Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, o Grupo Enel classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Grupo deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como o Grupo Enel irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

#### e) Hedge de fluxo de caixa--Continuação

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

#### f) Hedge de valor justo

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de hedge, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda no resultado.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.8. Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)**

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01 - Contratos de Concessão, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, além disso é classificado como “empréstimos e recebíveis”, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração - RAG.

### **2.9. Ativo indenizável (concessão)**

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

### **2.10. Intangível**

A Grupo reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.10. Intangível--Continuação**

##### Ágio atribuído à concessão

O ágio registrado no balanço patrimonial da Companhia tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada COELCE, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público.

A amortização do ágio está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027.

#### **2.11. Imobilizado**

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo Enel são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo Enel reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

#### **2.12. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### b) Imposto diferido

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.13. Benefício a empregados - Planos de benefício definido**

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado, do exercício, como parcela do custo do serviço, ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes também são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação, ou liquidação parcial, do respectivo plano.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.14. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

As provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação.

### 2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

<b>Normas, interpretações e alterações</b>	<b>Aplicação obrigatória para:</b>
<u>Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7</u> As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais).	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
<u>Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12</u> As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017-- Continuação

<b>Normas, interpretações e alterações</b>	<b>Aplicação obrigatória para:</b>
<u>Ciclo de melhorias anuais - 2015-2017</u>	
Alterações à IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades: Esclarecimento do escopo de requisitos de divulgação na IFRS 12	
As alterações esclarecem que os requisitos de divulgação da IFRS 12 distintos dos previstos nos parágrafos B10-B16 aplicam-se às participações de uma entidade em uma subsidiária, em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou em uma coligada (ou a uma parcela de sua participação em uma joint venture ou em uma coligada), que sejam classificadas (ou incluídas em um grupo para fins de alienação que seja classificado) como mantidas para venda.	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
As alterações e melhorias as normas, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, não tiveram efeito significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.	

### 2.16. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017

<b>Normas, interpretações e alterações</b>	<b>Aplicação obrigatória para:</b>
<u>CPC 48 / IFRS 9: Instrumentos Financeiros</u>	
<b>Principais pontos introduzidos pela norma</b>	
Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a IAS 39/CPC38, ICPC 06 e OCPC 03. Em dezembro de 2016, Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") divulgou o CPC 48, em conformidade com a IFRS 9. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação e mensuração; (ii) redução ao valor recuperável do ativo; e (iii) contabilização de hedge.	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
<b>Impactos da adoção</b>	
A Administração da Companhia está avaliando os impactos do CPC 48. Na opinião da Administração a expectativa é que a aplicação desta norma não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.	
A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.	

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.16. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017-- Continuação

<u>Normas, interpretações e alterações</u>	<u>Aplicação obrigatória para:</u>
<p><u>CPC 47 / IFRS 15: Receita de contratos com clientes</u></p> <p><b>Principais pontos introduzidos pela norma</b></p> <p>Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014 e alterada em abril de 2016 e substituiu o CPC 17, IAS 18/CPC30, Interpretação A e B (CPC 30), ICPC 02, ICPC 11. Em dezembro de 2016, o CPC divulgou o CPC 47, em conformidade com a IFRS 15. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Essa norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.</p> <p>A norma exige a aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificada.</p> <p><b>Impactos da adoção</b></p> <p>A Administração da Companhia realizou a revisão dos seus contratos e não identificou impactos oriundos da adoção da norma.</p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>
<p><u>CPC 06 (R2) / IFRS 16 Leases - Arrendamentos</u></p> <p><b>Principais pontos introduzidos pela norma</b></p> <p>Essa norma substituiu a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas. Em dezembro de 2017, o CPC divulgou o CPC 06 (R2), em conformidade com a IFRS 16, e entrará em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.</p> <p><b>Impactos da adoção</b></p> <p>A avaliação da Companhia acerca dos impactos da nova norma está em andamento. Referida avaliação está sendo conduzida junto às diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.</p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.</p>

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.16. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017-- Continuação

<u>Normas, interpretações e alterações</u>	<u>Aplicação obrigatória para:</u>
<p><u>Interpretação IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação</u></p> <p>Esta interpretação esclarece a forma de determinar a data da transação com o objetivo de estabelecer a taxa de câmbio a ser usada em transações em moeda estrangeira, quando a contraprestação é paga ou recebida antes de reconhecer os ganhos, despesas ou ativos relacionados. Para esses fins, a data da transação é a data em que uma entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente do adiantamento da contraprestação.</p> <p>A Interpretação passa a vigorar para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A aplicação antecipada da interpretação é permitida e deverá ser divulgada.</p> <p>A avaliação da Companhia acerca dos impactos da nova norma está em andamento. Na opinião da Administração a expectativa é que a aplicação desta norma não deverá ter um efeito significativo em suas demonstrações financeiras.</p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.</p>
<p><u>Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda</u></p> <p>Em junho de 2017, o IASB emitiu esta interpretação para esclarecer a aplicação dos critérios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos a serem aplicados. A interpretação aborda as seguintes questões: (i) aplicação conjunta ou independente de tratamentos fiscais; (ii) os pressupostos a serem feitos sobre a revisão dos tratamentos fiscais pelas autoridades fiscais; (iii) como determinar o lucro (prejuízo) tributário, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e alíquotas de imposto; e (iv) como considerar mudanças nos fatos e circunstâncias.</p> <p>A Interpretação passa a vigorar para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019. A aplicação antecipada da interpretação é permitida.</p> <p>A Administração está avaliando o impacto que o IFRIC 23 poderá gerar nas demonstrações financeiras, na data efetiva de sua aplicação.</p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.</p>

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, incluindo o risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. A Administração baseou sua premissas e estimativas sobre os parâmetros disponíveis na data das demonstrações financeiras. Quaisquer mudanças futuras nestes parâmetros serão refletidas quando ocorrerem as mudanças.

#### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Principais políticas contábeis--Continuação

### 2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

#### Estimativas e premissas--Continuação

##### *Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios*

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

##### *Provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD")*

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída substancialmente com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores comerciais, industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

##### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no domicílio da Companhia e de suas controladas.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação**

##### Estimativas e premissas--Continuação

###### *Impostos--Continuação*

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

###### *Benefícios pós-emprego*

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 28.

###### *Receita não faturada*

O cálculo da receita não faturada é baseado no número de dias não faturados no mês, na estimativa de energia distribuída nesses dias e no preço médio estimado por classe de clientes no mês. Diferenças entre a receita real e a receita não faturada são usualmente imateriais.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

#### a) Revisão e reajuste tarifário

A ANEEL estabeleceu para a controlada Ampla Energia por meio da Resolução Homologatória nº 2.207, de 15 de março de 2017, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da controlada Ampla Energia resultantes do processo de reajuste tarifário de 2017, cujo reajuste médio percebido pelos consumidores foi de -6,51%.

#### Celebração de Aditivo contratual da controlada Ampla Energia

O 6º Termo aditivo ao contrato de concessão do serviço público de energia elétrica celebrado em 14 de março de 2017, tem resultado nas seguintes principais mudanças:

- Revisão tarifária: Antecipação do ano de 2019 para mês de março de 2018;
- Revisão das perdas não técnicas regulatórias: novos valores definidos para 2017 e 2018, com o reconhecimento parcial das perdas nas áreas de risco;
- Receitas Irrecuperáveis Regulatórias: atualização anual com base na receita requerida regulatória definida nos processos tarifários;
- Outras receitas: compartilhamento passa a ser realizado anualmente em todos os processos tarifários (e não mais apenas na revisão tarifária);
- Ultrapassagem de demanda e excedente de reativo: Deixa de ser registrada como Obrigações Especiais. Compartilhamento passa a ser realizado anualmente em todos os processos tarifários (e não mais apenas na revisão tarifária);
- Neutralidade da Parcela A: Passam a ser calculados a neutralidade para os custos de Energia, Transmissão, Receitas Irrecuperáveis e para os itens financeiros.

Por outro lado, este aditivo atribui novas obrigações contratuais, sendo as mais relevantes:

- Adequação dos indicadores de qualidade: Definição de uma trajetória para adequação dos indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) aos limites regulatórios de 2018 a 2022;
- Eficiência na gestão econômica e financeira: Definição de novas metas de gestão econômica e financeira; e
- Metas de qualidade e de gestão econômica e financeira: Descumprimento por 2 anos consecutivos ou em 2022 das novas metas de qualidade e de gestão econômica e financeira, acarretará a extinção da concessão.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios--Continuação**

#### b) Bandeiras tarifárias

Cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia, buscando reduzir os eventuais descompassos entre os custos reais de compra de energia por parte das distribuidoras e suas respectivas coberturas tarifárias. Em 2017 vigoraram as bandeiras tarifárias (i) verde nos meses de janeiro e junho; (ii) amarela nos meses de fevereiro, março, julho e setembro; e (iii) vermelha nos meses de abril, maio, agosto, outubro, novembro e dezembro.

#### c) Processo de ajuste na tarifa - Encargo de Energia de Reserva ("ERR") da Angra III

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.214, de 28 de março de 2017, a ANEEL determinou que todas as distribuidoras do setor elétrico devem devolver em abril os maiores valores de custo de Angra III incluído nas taxas. No período de 1 a 30 de abril a tarifa de energia da Companhia foi reduzida para devolver em um mês os valores relativos aos custos de Angra III. O objetivo é o de reverter os efeitos da inclusão da parcela do EER correspondente para a contratação de Angra III. Recordando que o processo natural de reajuste tarifário de distribuição, estes valores seriam devolvidos aos consumidores em 12 meses.

O procedimento foi dividido em duas fases: a primeira, durante o mês de abril, a tarifa será reduzida para inverter os valores de Angra III compreendidos a partir do processo tarifário anterior e, ao mesmo tempo, deverá considerar o custo futuro do EER dessa usina. Na segunda etapa, a partir de 01 de maio e continua até que o próximo processo tarifário de cada distribuidora, a tarifa deverá incluir (i) o custo futuro do EER de Angra III e (ii) para as distribuidoras que tenham sido submetidos ao reajuste em 2017, como é o caso da Companhia, valores de devolução em 12 meses já estavam incluídas na tarifa.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e contas correntes bancárias	1.652	525	281.170	73.599
CDB - Certificado de Depósito Bancário	342.210	116.854	632.474	412.824
Operações compromissadas	-	42.990	276.530	289.376
Poupança	-	-	856	-
Fundo curto prazo	-	-	1.567	-
Total de aplicações diretas	343.862	160.369	1.192.597	775.799
Fundos exclusivos				
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	5.319	-	5.411
Operações compromissadas	29.218	110.010	190.161	188.022
Total de fundos exclusivos	29.218	115.329	190.161	193.433
Total de caixa e equivalentes de caixa	373.080	275.698	1.382.758	969.232

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

### 5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fundos de investimentos não exclusivos	1.652	406	204.377	47.777
Total de fundos de investimentos	1.652	406	204.377	47.777
Fundos exclusivos				
Títulos públicos	20.199	65.647	118.467	128.673
Letras financeiras	3.200	13.015	15.470	32.870
Outros	-	-	1.623	-
Total de fundos exclusivos	23.399	78.662	135.560	161.543
Bônus da República Argentina	-	-	-	3.480
Total de títulos e valores mobiliários	25.051	79.068	339.937	212.800

Através de fundos exclusivos, a Companhia e suas controladas aplicam seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Ativos financeiros - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga) (Consolidado)

Conforme edital do leilão, a Companhia efetuou um pagamento de R\$1.419.784 a título de bonificação pela outorga a ser ressarcido ao longo do contrato de concessão. Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Companhia classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Reconhecimento da bonificação de outorga	1.419.784
Atualização financeira do bônus de concessão	3.975
Amortização do bônus de concessão	(6.855)
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.416.904
Circulante	47.326
Não circulante	1.369.578

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Consumidores, concessionários e permissionários

	Consolidado			Total	
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>					
Classe de consumidores:					
Residencial	462.377	349.850	578.750	1.390.977	792.629
Industrial	118.093	47.313	123.510	288.916	182.641
Comercial	240.104	106.477	179.096	525.677	298.100
Rural	90.019	51.132	97.732	238.883	164.374
Podér público	283.681	123.686	387.013	794.380	219.513
Serviço público	56.798	6.161	14.468	77.427	93.345
Revenda	-	-	-	-	14.022
<b>Subtotal</b>	<b>1.251.072</b>	<b>684.619</b>	<b>1.380.569</b>	<b>3.316.260</b>	<b>1.764.624</b>
Renda não faturada (c)	535.122	-	-	535.122	382.517
Consumidores livres	175.259	655	5.993	181.907	146.776
Consumidores baixa renda (f)	41.177	4.937	-	46.114	42.111
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	89.763	33.220	245.128	368.111	76.917
Parcelamento de débitos (b)	-	53.175	67.088	120.263	129.313
Encargo Emergencial	-	-	56.729	56.729	-
Legião Energia -CCEAR	2.046	-	-	2.046	8.150
Companhia de Gás do Ceará (CEGAS)	-	-	34.432	34.432	34.432
Contas a receber de relacionadas (e)	-	-	-	-	1.559
Contas a receber - RDS	8.452	10.041	87.895	106.388	85.675
Contribuição de Iluminação Pública	21.344	10.826	5.240	37.410	-
Outros	9.126	2.244	8.990	20.360	13.783
<b>Subtotal</b>	<b>2.133.361</b>	<b>799.717</b>	<b>1.892.064</b>	<b>4.825.142</b>	<b>2.685.857</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	(1.397.760)	(1.397.760)	(848.073)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - RDS (a)	-	-	(80.027)	(80.027)	(65.916)
<b>Total circulante</b>	<b>2.133.361</b>	<b>799.717</b>	<b>414.277</b>	<b>3.347.355</b>	<b>1.771.868</b>
<b>Não circulante</b>					
Furnas Centrais Elétricas S.A. (d)	-	-	128.297	128.297	128.297
Engie Brasil Energia S.A. (d)	-	-	70.574	70.574	70.754
Comercialização na CCEE	-	-	15.289	15.289	15.289
Parcelamento de débitos (b)	79.852	-	83.576	163.428	117.258
Contas a receber de relacionadas (e)	-	-	89.312	89.312	95.643
Encargo de uso de rede	-	18.910	-	18.910	-
<b>Subtotal</b>	<b>79.852</b>	<b>18.910</b>	<b>387.048</b>	<b>485.810</b>	<b>427.241</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	(258.921)	(258.921)	(266.476)
<b>Total não circulante</b>	<b>79.852</b>	<b>18.910</b>	<b>128.127</b>	<b>226.889</b>	<b>160.765</b>

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(563.867)</u>
(Adições)	(327.993)
Baixas	242.648
Reversão de valores incobráveis	(531.254)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>(1.180.466)</u>
(Adições)	<b>(228.455)</b>
Baixas	<b>255.606</b>
Saldo de aquisição da CELG D	<b>(456.778)</b>
Reversão de valores incobráveis	<b>(126.615)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><b>(1.736.708)</b></u>
Circulante	(1.477.787)
Não circulante	(258.921)

a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da PCLD

A PCLD foi constituída levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização, sendo constituída substancialmente com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 180 dias e demais consumidores vencidos há mais de 360. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber registrados pelas controladas da Companhia.

b) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre o Grupo e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso. Esses valores são cobrados nas contas de energia, com multa e juros de 1% a.m. calculados pro-rata e correção monetária com base na variação do IGP-M. Após referida atualização montante a ser parcelado, retirando a parcela da entrada, se houver, é aplicado os juros do parcelamento acordado na negociação sendo esse no máximo de 1,8% a.m..

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **7. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação**

c) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo possui registrado em seu contas a receber o saldo de receita não faturada no montante total de R\$535.122 (R\$382.517 em 2016).

d) Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") e Engie Brasil Energia S.A. ("Engie")

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Enel Cien possui contas a receber com as empresas Furnas e Engie, respectivamente, nos montantes de R\$128.297 e R\$70.574 (R\$128.297 e R\$70.754 em 2016) correspondentes ao faturamento de encargos de potência e energia associada, os quais não foram pagos em anos anteriores. A controlada Enel Cien com base em sua melhor estimativa quanto ao recebimento dos valores envolvidos possui registrada uma PCLD no montante total de R\$196.496 em 31 de dezembro de 2017 (R\$196.384 em 2016).

e) Contas a receber com partes relacionadas

Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 24.

f) Consumidores baixa renda

Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados segundo os critérios das antigas Resoluções Normativas nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção esta advinda da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE").

Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber consolidado em 31 de dezembro de 2017 é R\$46.114 (R\$42.111 em 2016).

A referida subvenção é calculada mensalmente pelas distribuidoras e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Consumidores, concessionários e permissionários--Continuação

#### f) Consumidores baixa renda--Continuação

No 4º trimestre de 2016 a controlada Ampla Energia iniciou uma operação de venda de faturas de energia de clientes massivos de baixa tensão, sendo os riscos e benefícios substancialmente transferidos na operação para a contraparte. A partir do mês de dezembro de 2017, utilizando a mesma estrutura da operação de venda de faturas de energia, a controlada Ampla Energia passou a ceder direitos creditórios não faturados. Essa operação atende os requisitos para desconhecimento do ativo financeiro tratados no CPC 38 Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.

### 8. Subvenção CDE - Desconto Tarifário (Consolidado)

Valor a ser repassado pela Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da CDE, e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	Ampla Energia		Coelce		CELG D	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Resolução Homologatória 1.703/2014	51.742	51.742	-	-	-	51.742	51.742
Resolução Homologatória 1.711/2014	-	-	74.489	74.489	-	74.489	74.489
Resolução Homologatória 1.861/2015	129.810	129.810	-	-	-	129.810	129.810
Resolução Homologatória 1.882/2015	-	-	90.419	90.419	-	90.419	90.419
Resolução Homologatória 2.023/2016	94.096	78.954	28.791	-	-	122.887	78.954
Resolução Homologatória 2.065/2016	-	-	152.659	100.679	-	152.659	100.679
Resolução Homologatória 2.207/2017	32.188	-	-	-	-	32.188	-
Resolução Homologatória 2.313/2017	-	-	-	-	46.082	46.082	-
Parcela de estimativa Atualização monetária (*)	36.975	15.371	12.170	(917)	-	49.145	14.454
<b>Total de subvenção CDE</b>	<b>346.447</b>	<b>277.513</b>	<b>365.188</b>	<b>271.330</b>	<b>46.082</b>	<b>757.717</b>	<b>548.843</b>

(\*) A Resolução Homologatória 1.857, estabeleceu que a Eletrobras deverá atualizar os valores dos repasses dos recursos da CDE realizados em atraso com relação à data fixada para repasse pelo variação mensal do IPCA, tendo sua aplicação iniciada no mês de março de 2015.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Subvenção CDE - Desconto Tarifário (Consolidado)--Continuação

Em 8 de julho de 2015, foi proferida em favor das controladas Ampla Energia e COELCE, decisão liminar, autorizando a compensação integral dos valores devidos pela Eletrobras, a título de subvenção tarifária, acumulado desde outubro e novembro de 2014, com os valores mensalmente devidos pelas controladas Ampla Energia e COELCE, respectivamente, a título de cota mensal da CDE. Em função de a decisão ser liminar, as controladas Ampla Energia e COELCE mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$347.349 (R\$305.155 em 2016) e R\$338.159 (R\$277.699 em 2016), respectivamente, correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado contabilmente quando a decisão transitar em julgado, no entanto este mecanismo não é aplicável para a controlada CELG D.

### 9. Créditos especiais (Consolidado)

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fundo de aporte à CELG - FUNAC	201.815	929.797	-	-
<b>Total</b>	<b>201.815</b>	<b>929.797</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Por meio da Lei nº 17.555 de 20 de janeiro de 2012, o Estado de Goiás criou o Fundo de Aporte à CELG D - FUNAC, regulamentado pelo decreto nº 7.732, de 28 de setembro de 2012, com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à controlada CELG D de pagamentos de contingências de qualquer natureza cujo fato gerador tenha ocorrido até a venda do controle acionário para a Eletrobra, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC. Os recursos do referido fundo dependem de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebido de ações ganhas pela controlada que são repassadas ao Fundo.

Tendo em vista os procedimentos previstos na Lei Estadual nº 19.473 de 03.11.2016, Decreto nº 8.870/2017 de 19.01.2017 que altera o Anexo IX do RCTE, e no Termo de Acordo de Regime Especial - TARE 032/16-GSF de 14.02.2017, autorizando a controlada CELG D a apropriar crédito outorgado de ICMS até o valor equivalente aos investimentos em manutenção, melhoria e ampliação da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, inclusive de natureza tecnológica. O crédito outorgado é limitado aos valores das obrigações de qualquer natureza, provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais, ainda que não escriturados, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado e acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015 e limitada a 30% da obrigação mensal apurada com ICMS.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Créditos especiais (Consolidado)--Continuação

Dessa forma, considerando que a controlada CELG D será ressarcida por meio do FUNAC, sempre que ocorrer algum registro de provisão para demandas judiciais, a Companhia registra nos termos do pronunciamento técnico CPC 25 Provisões, passivos e ativos contingentes, o mesmo valor no ativo em contrapartida na rubrica outros ativos.

Este montante representa a potencial obrigação do FUNAC, tendo em vista o total das ações interpostas contra a controlada CELG D, nas quais a probabilidade de perda é provável e encontram-se registradas no passivo contingente.

### 10. Tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	74.149	57.963	147.639	120.956
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS (b)	26	-	430.610	248.593
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS - parcelamento	-	-	12.011	-
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") (c)	-	-	265.701	80.422
INSS Patronal	-	-	1.019	6.332
Outros tributos	-	759	28.669	19.907
<b>Total de tributos a compensar</b>	<b>74.175</b>	<b>58.722</b>	<b>885.649</b>	<b>476.210</b>
Circulante	74.175	58.722	563.289	274.512
Não circulante	-	-	322.360	201.698
<b>Total</b>	<b>74.175</b>	<b>58.722</b>	<b>885.649</b>	<b>476.210</b>

(a) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e saldo do imposto de renda pagos antecipadamente.

O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido pagos antecipadamente, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

(b) Refere-se, basicamente, aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo ativo fixo (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente, contra o ICMS recolhidos de clientes, à razão de 1/48 avos.

(c) Dos valores classificados no ativo não circulante de PIS e COFINS a compensar em dezembro de 2016, o montante de R\$32.929 (R\$41.175) na controlada Ampla Energia, eram referentes ao PIS semestralidade da controlada Ampla Energia e foram baixados considerando a decisão desfavorável proferida em março de 2017 pelo TRF da 2ª Região. O mesmo era oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nos 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **10. Tributos a compensar--Continuação**

No âmbito de ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da controlada Ampla Energia quanto à COFINS até o ano de 2001. A controlada Ampla Energia pleiteia em ação específica a restituição dos valores pagos no período de abril de 1992 a junho de 1996. O processo transitou em julgado reconhecendo o direito a controlada Ampla Energia à restituição do indébito. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$193.272, o qual se encontra registrado no ativo circulante e a controlada Ampla Energia utilizará o crédito de acordo com as previsões legais. Adicionalmente, a controlada Ampla Energia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos.

Os valores de PIS e COFINS a compensar referentes à controlada Enel Cien, no montante total de R\$27.095 em 31 de dezembro de 2017 (R\$34.904 em 2016), se referem principalmente aos pagamentos de PIS e COFINS realizados em anos anteriores, além do que era devido no curso normal das suas operações.

Como consequência, a controlada Enel Cien entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para proceder à compensação dos mesmos.

Os demais PIS e COFINS a compensar referem-se às controladas COELCE, EGP Cachoeira Dourada, Enel Soluções e CELG D, nos montantes de R\$9.200, R\$2.527, R\$694 e R\$24.165, respectivamente.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Cauções e depósitos (Consolidado)

Instituição	Tipo de aplicação	Consolidado			
		31/12/2017		31/12/2016	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Itaú-Unibanco	Fundo de investimento	-	-	107.843	-
Bradesco	CDB	-	7	-	5
Itaú	CDB	-	-	-	792
BNB	CDB	-	17.605	-	18.161
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	-	7.873	-	8.027
Caixa Econômica Federal	Caução	-	-	320	-
Total		-	25.485	108.163	26.985

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos de cauções e depósitos registrados pela controlada COELCE, no valor R\$25.485 (R\$71.548 em 2016), correspondem, basicamente, a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica e às retenções contratuais de fornecedores de serviços, além da garantia de contratos de financiamentos.

Os valores em garantias são aplicados em fundos de investimento de renda fixa, CDBs e outros instrumentos financeiros de baixo risco. Eles incluem, garantias exigidas em contratos de empréstimos e financiamentos, valores retidos de fornecedores e de contratos de aquisição de energia elétrica conforme cláusulas contratuais. A totalidade dos saldos registrados no ativo circulante em 2016 foram transferidos para títulos e valores mobiliários das controladas Ampla Energia e COELCE, para fins de gestão corporativas, movimentando tais recursos para otimizar a liquidez e os custos financeiros das empresas.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

Como resultado da Audiência Pública nº 061/2014, em 10 de dezembro de 2014 foram aprovados os termos aditivos aos contratos de concessão das controladas Ampla Energia e COELCE, estabelecendo que, em caso de extinção da concessão, além dos valores de indenização decorrentes de investimentos não amortizados ou depreciados no curso da concessão, também serão objeto de indenização ou devolução pelo Poder Concedente, os saldos remanescentes apurados de itens da Parcela A da tarifa e outros componentes financeiros que não tenham sido recuperados ou devolvidos através do(s) ciclo(s) tarifário(s).

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compra de energia	215.536	332.393	194.924	81.338	176.198	24.240
Encargo de serviço do sistema - ESS	9.007	(273.093)	(162.447)	14.051	(236.609)	(64.684)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(82.280)	(21.096)	(202.991)	(23.791)	(3.734)	(8.416)
Uso da rede básica	15.077	9.574	18.899	5.994	8.053	1.930
Outros	(759)	8.021	2.344	(150)	37.428	7.119
Diferimentos tarifários (CVAs)	156.581	55.799	(149.271)	77.442	(18.664)	(39.811)
Sobrecontratação de energia	(62.690)	42.915	2.178	(19.698)	(115.738)	(32.608)
Recomposição de ICMS	26.381	-	-	4.815	61.956	3.839
Bandeira não faturada	(24.754)	-	(20.494)	-	-	-
Postergação de revisão tarifária	-	-	-	-	(13.571)	-
Neutralidade	88.950	(15.972)	34.726	(25.872)	19.608	3.010
Outros passivos	15.825	(1.587)	15.873	(75.649)	137.719	(23.482)
Outros valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros	43.712	25.356	32.283	(116.404)	89.974	(49.241)
Total dos outros valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros	200.293	81.155	(116.988)	(38.962)	71.310	(89.052)

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Benefício fiscal - ágio incorporado (Consolidado)

#### Ágio de incorporação da controladora

O ágio é oriundo da operação de incorporação que a controlada COELCE realizou em sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999, sendo fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução da ANEEL nº 269, de 15 de setembro de 1999.

O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Percentual</u>
Em 2018	<b>6.168</b>	<b>15%</b>
Em 2019	<b>5.646</b>	<b>13%</b>
Em 2020	<b>5.166</b>	<b>12%</b>
2021 em diante	<b>25.519</b>	<b>60%</b>
	<b>42.499</b>	<b>100%</b>

Em 26 de abril de 2004, a Superintendência de Fiscalização Financeira da ANEEL emitiu Relatório de Acompanhamento de Fiscalização, alegando que a reserva de ágio formada na incorporação da sociedade Distriluz não teria por contrapartida ativos com substância econômica, e desta forma, seguindo a Instrução CVM nº 349/01, determinou que somente deveria ficar registrado em conta de patrimônio líquido da controlada COELCE (reserva de ágio) a parcela correspondente ao benefício fiscal advindo da amortização do ágio, por entender que apenas esta parcela possui substância econômica.

Tendo em vista a conclusão dos entendimentos com a ANEEL, a controlada COELCE, para a substituição do mecanismo de desdobramento e resgate de ações, após afastados os riscos de questionamentos fiscais, societários e de descumprimentos de *covenants* financeiros com instituições financeiras, e após ratificação dos devidos ajustes contábeis pela ANEEL, emitida através do Ofício nº 584/05, de 14 de abril de 2005, a Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de abril de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração da controlada COELCE de cumprir as recomendações do órgão regulador.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Benefício fiscal - ágio incorporado (Consolidado)--Continuação

#### Ágio de incorporação da controladora--Continuação

Desta forma, as operações de desdobramentos e resgate de ações da controlada COELCE para compensar aos acionistas pela redução do lucro decorrente da amortização do ágio, oriundo da incorporação da sociedade Distriluz, interrompidas em 2003, foram substituídas pelas disposições previstas na Instrução CVM nº 319/99, alterada pela Instrução nº 349/01, que consistem na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a controlada COELCE. Para recompor o resultado de cada exercício, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo exercício.

O registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a controlada COELCE. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

<b>Benefício fiscal - ágio incorporado</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ágio da incorporação	<b>775.960</b>	775.960
Amortização do ágio	<b>(650.226)</b>	(630.400)
Provisão sobre o ágio	<b>(429.365)</b>	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	<b>346.130</b>	333.045
Saldo	<b>42.499</b>	49.240
<b>Reserva de capital</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Ágio da incorporação	<b>775.960</b>	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	<b>(125.407)</b>	(125.407)
Provisão sobre o ágio	<b>(429.365)</b>	(429.365)
Saldo	<b>221.188</b>	221.188

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Assistência médica a aposentados	-	-	-	7.533
Convênios de arrecadação	-	-	151.395	67.160
Consumidores - serviços prestados	-	-	90.402	84.519
Consumidores - serviços prestados RDS	-	-	29.191	12.308
Desativações em curso	-	-	1.293	5.483
Gastos a reembolsar - consumidores	-	-	5.787	3.228
Gastos a reembolsar - iluminação pública	-	-	7.785	2.794
Sindicato	-	-	18.783	-
Serviços a terceiros	6.295	-	55.450	15.379
Serviços em curso	-	-	9.426	9.513
Créditos de fornecedores	-	-	-	7.207
Adiantamentos a empregados	449	-	10.671	9.983
Adiantamentos a fornecedores	411	-	46.737	12.327
Despesas de novos negócios	24.055	20.237	24.055	20.237
Consórcio Tapajós	16.921	16.921	16.921	16.921
Estoque	-	-	29.983	7.064
Despesas pagas antecipadamente	177	-	50.098	40.946
Provisão para perda na realização de outros créditos	(16.921)	(16.921)	(56.462)	(43.721)
Projeto Ecoelce	-	-	4.746	-
Projeto Ecoampla	-	-	2.071	-
Venda de recebível	-	-	914	33.909
Outros	5.632	9.154	42.588	51.707
<b>Total</b>	<b>37.019</b>	<b>29.391</b>	<b>541.834</b>	<b>364.497</b>
Circulante	37.019	29.391	523.180	362.273
Não circulante	-	-	18.654	2.224

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(14.172)
(Adições)	(35.207)
Baixas	5.658
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(43.721)
Saldo de aquisição da CELG D	(15.911)
(Adições)	(1.810)
Baixas	4.980
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	(56.462)



## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Investimentos--Continuação

A seguir, são apresentadas as movimentações dos investimentos:

Descrição	Controladora									
	31/12/2017									
	Investimento	Efeito da	Adição	Transferência	Equivalência	Dividendos	Ajuste	Outros	Resultado	Investimento
	31/12/2016	incorporação		de			acumulado de		abrangente em	31/12/2017
				participação			conversão		controladas	
Ampla Energia	1.064.326	-	1.200.000	1.049.440	47.754	-	-	-	(11.714)	3.349.806
COELCE	1.361.931	-	-	396.241	266.013	(108.588)	-	56	(2.977)	1.912.676
Enel Cien	450.435	-	-	-	65.731	(58.119)	31.143	-	-	489.190
CGTF	676.711	-	-	-	186.529	(248.293)	-	-	2.883	617.830
EGP Cachoeira Dourada	603.260	-	-	-	200.570	(255.237)	-	123	-	548.716
Enel Soluções	3.777	-	36.839	-	(1.935)	-	-	(3)	-	38.678
Fazenda Nova (a)	(815)	4.435	-	-	(3.620)	-	-	-	-	-
Enel Green Power I	50	-	-	-	-	-	-	(50)	-	-
Enel Green Power II	50	-	-	-	-	-	-	(50)	-	-
EGP Projetos I	-	-	565.755	-	18.169	(4.314)	-	-	3.391	583.001
CELG D	-	2.317.974	1.183.000	-	11.490	-	-	-	570	3.513.034
Enel Investimentos (a)	-	(3.216.497)	3.183.279	-	20.554	-	-	-	12.664	-
<b>Total</b>	<b>4.159.725</b>	<b>(894.088)</b>	<b>6.168.873</b>	<b>1.445.681</b>	<b>811.255</b>	<b>(674.551)</b>	<b>31.143</b>	<b>76</b>	<b>4.817</b>	<b>11.052.931</b>

(a) Controladas incorporadas ao longo do exercício de 2017.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Investimentos--Continuação

Descrição	Controladora								
	31/12/2016								
	Investimento	Efeito da		Transferência			Ajuste	Resultado	Investimento
	31/12/2015	incorporação	Adição	de participação	Equivalência	Dividendos	acumulado de	abrangente em	31/12/2016
							conversão	controladas	
Ampla Energia	1.178.536	-	-	-	(104.017)	67	-	(10.260)	1.064.326
COELCE	1.180.371	-	-	-	231.393	(45.562)	-	(4.271)	1.361.931
Enel Cien	361.055	-	-	-	28.239	(6.707)	67.848	-	450.435
CGTF	638.257	-	-	-	162.544	(127.124)	-	3.034	676.711
EGP Cachoeira Dourada	613.708	-	-	-	257.089	(264.887)	-	(2.650)	603.260
Enel Soluções	4.958	-	5.206	-	(6.387)	-	-	-	3.777
Fazenda Nova	(374)	-	-	-	(261)	-	-	(180)	(815)
Enel Green Power I	50	-	-	-	-	-	-	-	50
Enel Green Power II	50	-	-	-	-	-	-	-	50
Total	3.976.611	-	5.206	-	568.600	(444.213)	67.848	(14.147)	4.159.725

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Ativo indenizável (concessão)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados pelas controladas Ampla Energia, COELCE e CELG D até o final de suas respectivas concessões classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das ICPC 01 e ICPC 17 e da OCPC 05.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição ("VNR").

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim demonstrada:

	<b>Consolidado</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>2.722.423</u>
Transferências do ativo intangível	430.942
Marcação a mercado - ativo financeiro	<u>192.180</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>3.345.545</u>
Aquisição controlada CELG D	<b>86.029</b>
Transferências do ativo intangível	<b>800.734</b>
Marcação a mercado - ativo financeiro	<u>116.962</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>4.349.270</u>
Circulante	-
Não circulante	<b>4.349.270</b>

O valor residual de cada bem novo adquirido que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão é transferido do ativo intangível e alocado como Ativo Financeiro nos moldes da Lei nº 12.783.



## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Imobilizado--Continuação

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Controladora					Consolidado				
	Em serviço			Em curso		Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Total	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.441	(6.995)	2.446	1.169	3.615	4.883.134	(3.274.775)	1.608.359	344.869	1.953.228
Transferências	-	-	-	-	-	32.981	-	32.981	(32.981)	-
Adições	-	-	-	566	566	-	-	-	97.202	97.202
Baixas	-	-	-	-	-	(283)	-	(283)	-	(283)
Depreciação	-	(444)	(444)	-	(444)	-	(159.833)	(159.833)	-	(159.833)
Reclassificações	-	-	-	-	-	290	-	290	189	479
Efeito de conversão de controlada no exterior	-	-	-	-	-	(15.893)	11.273	(4.620)	-	(4.620)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.441	(7.439)	2.002	1.735	3.737	4.900.229	(3.423.335)	1.476.894	409.279	1.886.173
Transferências	-	-	-	-	-	35.809	11	35.820	(35.820)	-
Adições	-	-	-	292	292	161	-	161	70.972	71.133
Baixas	-	-	-	-	-	(1.128)	1.059	(69)	(702)	(771)
Depreciação	-	(416)	(416)	-	(416)	(7)	(181.903)	(181.910)	-	(181.910)
Reclassificações	-	-	-	-	-	(26.755)	17.491	(9.264)	(53)	(9.317)
Aquisição de controlada - CELG D	-	-	-	-	-	151.240	(110.193)	41.047	1.347	42.394
Efeito de conversão de controlada no exterior	-	-	-	-	-	(4.979)	3.783	(1.196)	-	(1.196)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	9.441	(7.855)	1.586	2.027	3.613	5.054.570	(3.693.087)	1.361.483	445.023	1.806.506

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **17. Imobilizado--Continuação**

O ativo imobilizado do Grupo Enel é composto, basicamente, pelos saldos dispostos nas controladas CGTF, EGP Cachoeira Dourada e Enel Cien, conforme características abaixo de cada uma das controladas.

#### CGTF

O prazo de autorização da controlada CGTF para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da resolução ANEEL 433 de 19 de outubro de 2001, a partir da data desta resolução. De acordo com o mesmo artigo 5º da referida Resolução, tal prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da controlada CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não reverterem à União no final do período de autorização.

#### EGP Cachoeira Dourada

O imobilizado da controlada EGP Cachoeira Dourada está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que a controlada EGP Cachoeira Dourada sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela controlada EGP Cachoeira Dourada e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

#### Enel Cien

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Intangível

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	Em serviço			em curso		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo histórico	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	435.755	(258.749)	-	177.006	1.956	178.962
Adições	-	-	-	-	-	-
Amortização do ágio	-	(21.511)	-	(21.511)	-	(21.511)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	435.755	(280.260)	-	155.495	1.956	157.451
Adições	-	-	-	-	-	-
Amortização do ágio	-	(19.903)	-	(19.903)	-	(19.903)
Incorporação do ágio - Fazenda Nova	2.104	-	-	2.104	-	2.104
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	437.859	(300.163)	-	137.696	1.956	139.652

	Consolidado							
	Em serviços				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	9.438.583	(4.759.056)	(512.130)	4.167.397	1.511.493	(323.055)	1.188.438	5.355.835
Adições	2.029.882	(2.028.694)	-	1.188	2.709.363	(465.754)	2.243.609	2.244.797
Baixas	(147.939)	86.447	-	(61.492)	(30.805)	884	(29.921)	(91.413)
Amortização	-	(791.100)	115.350	(675.750)	-	-	-	(675.750)
Transferências	2.729.634	-	(433.276)	2.296.358	(2.729.634)	433.276	(2.296.358)	-
Transferências ativo indenizável (*)	(883.917)	-	83.306	(800.611)	(123)	-	(123)	(800.734)
Reclassificação do imobilizado	21.302	(17.491)	-	3.811	5.506	-	5.506	9.317
Incorporação - Celg (a)	3.949.029	(23.506)	-	3.925.523	-	-	-	3.925.523
Aquisição de controlada - Celg	3.604.322	(1.013.027)	(1.000.679)	1.590.616	424.160	(75.669)	348.491	1.939.107
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	20.740.896	(8.546.427)	(1.747.429)	10.447.040	1.889.960	(430.318)	1.459.642	11.906.682

(\*) O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro nos moldes da Lei nº 12.783. Vide Nota 16.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Intangível--Continuação

- (a) Essa rubrica refere-se a incorporação reversa feita pela controlada CELG D, que incorporou, a sua até então controladora, Enel Investimentos S.A. considerando os saldos de balanço em 31 de outubro de 2017. Esta operação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da CELG D, realizada em 28 de novembro de 2017, bem como foi aprovado o processo de reestruturação submetido à Assembleia Geral Extraordinária.

Em reunião de Diretoria realizada em 30 de novembro de 2017, aprovou a reestruturação mediante a anuência da ANEEL através do Despacho nº 3.820/17, autorizando a incorporação reversa da Enel Investimentos pela CELG D. A amortização do PPA (*Purchase Price Allocation*) atribuído ao intangível irá ocorrer de forma linearmente durante o período da concessão, ou seja, até 2045.

#### Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina o registro da amortização mensal na obrigação especial, que decorre da participação nos investimentos não condicionadas a qualquer retorno para a concessão, tal registro é iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária das controladas Ampla Energia, COELCE e CELG D, e a amortização teve seus primeiros registros em abril de 2009, baseados em uma taxa média.

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo de revisão tarifária, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura de cada empresa distribuidora, usando-se a taxa de 4,10% a.a. e 3,84% nas controladas Ampla Energia e COELCE, respectivamente.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro (indenização).

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Fornecedores

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Partes relacionadas (a)	134.390	75.410
Materiais e serviços	13.586	11.757
<b>Total</b>	<b>147.976</b>	<b>87.167</b>
	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento e transporte de energia		
Compra de energia	2.507.644	649.931
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS	-	22.861
Encargo de Uso da Rede	168.705	31.968
Partes relacionadas (a)	308.915	196.047
Materiais e serviços	1.068.256	582.104
Outros	6.229	10.533
<b>Total</b>	<b>4.059.749</b>	<b>1.493.444</b>
Circulante	3.032.057	1.396.489
Nãocirculante	1.027.692	96.955

(a) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas, encontram-se descritos na Nota 24.

### 20. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	Controladora					
	Encargos de dívida		Principal			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Moeda estrangeira</b>						
Enel Américas - CELG I (g)	9.506	-	-	-	413.500	-
Enel Américas - CELG II (g)	7.666	-	-	-	330.800	-
Enel Américas III (g)	1.244	-	-	-	496.200	-
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>18.416</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.240.500</b>	<b>-</b>
<b>Moeda nacional:</b>						
Enel Américas (g)	214	13.292	-	175.757	40.265	-
<b>Total de moeda nacional</b>	<b>214</b>	<b>13.292</b>	<b>-</b>	<b>175.757</b>	<b>40.265</b>	<b>-</b>
<b>Total sem efeito do swap</b>	<b>18.630</b>	<b>13.292</b>	<b>-</b>	<b>175.757</b>	<b>1.280.765</b>	<b>-</b>
<b>Resultado das operações de swap</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(84)</b>	<b>-</b>	<b>12.500</b>	<b>-</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<b>18.630</b>	<b>13.292</b>	<b>(84)</b>	<b>175.757</b>	<b>1.293.265</b>	<b>-</b>

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Consolidado					
	Encargos de dívida		Principal			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Moeda estrangeira</b>						
União Federal - Bônus de Desconto (a)	19	18	-	-	3.775	3.719
União Federal - Bônus ao Par (a)	70	69	-	-	5.410	5.330
Citibank N.A (b)	2.577	-	122.822	-	-	-
Citibank N.A (c)	1.701	957	-	-	199.466	125.097
Santander Chile (d)	2.345	2.152	-	-	251.560	247.898
Itaú BBA Internacional PLC (e)	5.282	-	-	-	250.151	-
Itaú BBA Internacional PLC - CELG I (e)	5.080	-	-	-	250.151	-
Itaú BBA Internacional PLC - CELG II (e)	4.630	-	-	-	314.698	-
BNP Paribas (f)	3.836	-	-	-	865.793	-
Enel Américas – CELG I (g)	9.506	-	-	-	413.500	-
Enel Américas – CELG II (g)	7.666	-	-	-	330.800	-
Enel Américas III (g)	1.244	-	-	-	496.200	-
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>43.956</b>	<b>3.196</b>	<b>122.822</b>	<b>-</b>	<b>3.381.504</b>	<b>382.044</b>

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Consolidado					
	Encargos de dívida		Principal			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Moeda nacional:</b>						
BNDES (Finame) (h)	2	3	561	562	841	1.402
BNDES (Finem seccionamento) (i)	44	61	4.811	4.759	7.216	11.897
BNDES A1 - Itaú (IPCA) (j)	1.091	-	-	-	108.875	-
BNDES A2 - Bradesco (IPCA) (j)	683	-	-	-	69.676	-
BNDES A3 - Santander (IPCA) (j)	483	-	-	-	50.080	-
BNDES B1 - Itaú (TJLP) (j)	258	-	9.363	-	68.664	-
BNDES B2 - Bradesco (TJLP) (j)	165	-	5.993	-	43.947	-
BNDES B3 - Santander (TJLP) (j)	453	-	4.307	-	31.585	-
BNDES C1 - Itaú (TJLP) (j)	23	-	1.512	-	11.084	-
BNDES C2 - Bradesco (TJLP) (j)	15	-	968	-	7.095	-
BNDES C3 - Santander (TJLP) (j)	28	-	695	-	5.099	-
BNDES FINEM 2012-2013 A (k)	132	173	13.322	13.179	20.039	33.005
BNDES FINEM 2012-2013 B (k)	147	192	13.320	13.178	20.037	33.001
BNDES FINAME 2012-2013 (k)	30	35	4.121	4.121	18.546	22.667
BNDES (Capex 2012-2013) (Finame) (k)	59	70	8.256	8.256	36.465	44.722
BNDES (Capex 2012-2013) A (k)	241	314	24.124	23.866	36.186	59.665
BNDES (Capex 2012-2013) B (k)	268	348	24.124	23.866	36.186	59.665
BNDES (Capex 2012-2013) F (l)	6	9	768	759	1.535	2.278
BNDES (Capex 2014-2015) A (m)	266	870	17.173	45.013	51.137	179.042
BNDES (Capex 2014-2015) B (m)	11.827	19.407	16.865	44.621	50.213	177.473
BNDES (Capex 2014-2015) Finame (m)	87	259	2.790	9.143	13.950	54.964
BNDES (Capex 2014-2015) A (m)	437	-	28.324	-	84.343	-
BNDES (Capex 2014-2015) B (m)	22.736	-	27.756	-	82.639	-
BNDES (Capex 2014-2015) Finame (m)	198	-	6.353	-	31.872	-
BNDES (Capex 2011) (Finame) (n)	132	169	10.139	10.139	25.348	35.487
BNDES (Capex 2011) A (n)	87	113	9.933	19.653	-	9.827
BNDES (Capex 2011) B (n)	42	125	9.894	19.653	-	9.827
Banco do Brasil (BB Agropecuário) (o)	2.635	4.723	150.000	75.000	75.000	150.000
Eletrobras (p)	53	12	7.717	8.320	21.360	29.098
Banco do Nordeste – FNE (q)	89	161	21.237	21.237	5.309	26.547
Eletrobras ECF 017/2004	4	-	1.009	-	-	-
Eletrobras ECF 149/2006	18	-	4.026	-	-	-
Eletrobras ECF 232/2008	87	-	3.138	-	15.337	-
Banco Daycoval S.A	12	-	4.305	-	-	-
Banco Crédito e Varejo (r)	112	-	36.770	-	-	-
FIDC Série A (s)	1.158	-	54.247	-	248.630	-
FIDC Série B (s)	859	-	29.820	-	136.675	-
Custos de transação a amortizar FIDC (s)	-	-	(2.525)	-	(10.777)	-
Cotas subordinadas FIDC (s)	-	-	-	-	(50.314)	-
FIDC – Provisão para pagamento (s)	-	-	(10.805)	-	-	-
ITAÚ CCB (t)	2.226	6.190	50.000	50.000	50.000	100.000
Enel Américas S/A	214	6.659	-	88.043	40.265	-
Endesa Américas S/A	-	4.604	-	60.883	-	-
Celg de Participações – CELGPAR (u)	-	-	19.614	-	86.819	-
Chilectra Américas S.A	-	708	-	9.365	-	-
Chilectra Inversud S.A	-	790	-	10.442	-	-
Edegel S/A	-	531	-	7.024	-	-
<b>Total de moeda nacional</b>	<b>47.407</b>	<b>46.526</b>	<b>614.025</b>	<b>571.082</b>	<b>1.530.962</b>	<b>1.040.567</b>
<b>Total sem efeito do swap</b>	<b>91.363</b>	<b>49.722</b>	<b>736.847</b>	<b>571.082</b>	<b>4.912.466</b>	<b>1.422.611</b>
<b>Resultado das operações de swap</b>	<b>-</b>	<b>3.194</b>	<b>81.643</b>	<b>-</b>	<b>(59.232)</b>	<b>62.615</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<b>91.363</b>	<b>52.916</b>	<b>818.490</b>	<b>571.082</b>	<b>4.853.234</b>	<b>1.485.226</b>

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Início	Vencimento	Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
<b>Moeda estrangeira:</b>					
União Federal - Bônus de Desconto (a)	15/08/1997	11/04/2024	Ao final	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal - Bônus ao Par (a)	15/08/1997	11/04/2024	Ao final	Recebíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.
Citibank N.A (b)	06/01/2016	24/12/2018	Bullet	-	LIBOR + 2,40% a.a.
Citibank N.A (c)	13/04/2017	13/04/2020	Bullet	-	LIBOR + 1,47% a.a.
Santander Chile (d)	07/03/2016	07/03/2019	Bullet	Fiança	LIBOR + 1,53%
Itaú BBA Internacional PLC (e)	05/07/2017	05/07/2021	Bullet	-	4,21% a.a.
Itaú BBA Internacional PLC - CELG I (e)	05/07/2017	06/07/2020	Bullet	-	4,05% a.a.
Itaú BBA Internacional PLC - CELG II (e)	22/08/2017	21/08/2020	Bullet	-	4,02% a.a.
BNP Paribas (f)	09/11/2017	08/11/2019	Bullet	-	3,19% a.a.
Enel Américas S/A - CELG I (g)	21/02/2017	21/02/2022	Ao final	-	USD + 6,27% a.a.
Enel Américas S/A - CELG II (g)	08/03/2017	21/02/2022	Ao final	-	USD + 6,32% a.a.
Enel Américas III (g)	12/12/2017	12/12/2019	Ao final	-	USD + 4,75% a.a.
<b>Moeda nacional:</b>					
BNDES (Finame) (h)	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	3,50% a.a.
BNDES (Finame Seccionamento) (i)	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES A1 - Itaú (IPCA) (j)	25/10/2017	15/08/2022	Anual	-	IPCA + 8,24% a.a.
BNDES A2 - Bradesco (IPCA) (j)	25/10/2017	15/08/2022	Anual	-	IPCA + 8,24% a.a.
BNDES A3 - Santander (IPCA) (j)	25/10/2017	15/08/2022	Anual	-	IPCA + 8,24% a.a.
BNDES B1 - Itaú (TJLP) (j)	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	-	TJLP + 4,15% a.a.
BNDES B2 - Bradesco (TJLP) (j)	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	-	TJLP + 4,15% a.a.
BNDES B3 - Santander (TJLP) (j)	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	-	TJLP + 4,15% a.a.
BNDES C1 - Itaú (TJLP) (j)	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	-	TJLP + 4,15% a.a.
BNDES C2 - Bradesco (TJLP) (j)	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	-	TJLP + 4,15% a.a.
BNDES C3 - Santander (TJLP) (j)	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	-	TJLP + 4,15% a.a.
BNDES FINAME 2012-2013 (k)	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Recebíveis	3,00% a.a.
BNDES FINEM 2012-2013 A (k)	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM 2012-2013 B (k)	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,8% a.a.
BNDES (Capex 2012-2013) (Finame) (k)	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	Recebíveis	3,00% a.a.
BNDES (Capex 2012-2013) A (k)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,80% a.a.
BNDES (Capex 2012-2013) B (k)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,80% a.a.
BNDES (Capex 2012-2013) F (k)	16/08/2013	15/12/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP
BNDES (Capex 2012-2013) F (k)	28/08/2013	15/12/2020	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015) A (m)	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	9,5% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) B (m)	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,10% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) (Finame) (m)	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	-	SELIC + 3,18% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) (Finame) (m)	28/12/2015	15/12/2023	Mensal	Recebíveis	9,50% a.a.
BNDES (Capex 2011) (Finame) (n)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	8,70% a.a.
BNDES (Capex 2011) A (n)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,96% a.a.
BNDES (Capex 2011) B (n)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,96% a.a.
Banco do Brasil (BB Agropecuário A) (o)	12/11/2014	07/11/2019	Semestral	-	107% CDI
Banco do Brasil (BB Agropecuário B) (o)	07/11/2017	07/11/2018	Semestral	-	TR + 7,90% a.a.
Eletrobras (p)	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6,95% a.a.
Banco do Nordeste - FNE (r)	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva	10,00% a.a.
Enel Américas S/A (q)	05/07/2016	15/12/2019	Ao final	-	15,97% a.a.
Eletrobras E-F - 017/2004	25/05/2011	30/10/2018	Mensal	Recebíveis	7,00% a.a.
Eletrobras E-F - 149/2006	18/06/2006	30/10/2018	Mensal	Recebíveis	7,00% a.a.
Eletrobras E-F - 232/2008	29/06/2012	30/06/2024	Mensal	Recebíveis	7,00% a.a.
Banco Daycoval S/A	22/12/2014	22/06/2018	Mensal	-	100% CDI + 6,17% a.a.
Banco de Crédito e Varejo S.A (r)	31/03/2015	02/04/2018	Mensal	-	100% CDI + 5,53% a.a.
Banco de Crédito e Varejo S.A (r)	27/05/2015	28/05/2018	Mensal	-	100% CDI + 5,53% a.a.
FIDC Série A (s)	22/07/2015	14/07/2023	Mensal	-	100% CDI + 3% a.a.
FIDC Série B (s)	22/07/2015	14/07/2023	Mensal	-	100% IPCA + 9,7% a.a.
Itaú CCB (t)	20/03/2014	20/03/2019	Anual	-	112% CDI
Celg de Participações - CELGPAR (u)	11/09/2014	26/08/2027	Mensal	-	6,80% a.a.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (a) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) - dívida de médio e longo prazo - DMLPs: Confissão de dívida a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos (três deles já liquidados), remunerados a base de variação cambial (dólares norte-americanos).
- (b) Citibank N.A.: Empréstimo na modalidade de captação externa (Lei nº 4131) no valor de USD37.130 com taxa em libor mais spread de 2,40% a.a., para cobertura das necessidades de capital de trabalho da controlada Ampla Energia. Para mitigar riscos da operação de empréstimo à variação cambial e taxa de juros, foi contratado uma operação simultânea de swap, anulando o efeito da variação cambial e taxa de juros do contrato por valores em reais a uma taxa de CDI + 1,90% a.a. Visando obter uma maior eficácia do hedge, foi contratado adicionalmente um novo swap para o qual há a troca da última taxa contratada (CDI + 1,90% a.a.) por uma taxa pré fixada de 9,108% a.a.
- (c) Citibank N.A.: Empréstimo na modalidade de captação externa (Lei nº 4131) no valor de USD60.413 com taxa em libor mais spread de 1,47% a.a., para cobertura das necessidades de capital de trabalho da controlada CGTF. Para mitigar riscos da operação de empréstimo à variação cambial e taxa de juros, foi contratado uma operação simultânea de swap, anulando o efeito da variação cambial e taxa de juros do contrato por valores em reais a uma taxa de CDI + 1,45% a.a..
- (d) Santander Chile: Empréstimo na modalidade de captação externa (Lei nº 4131) no valor de USD50.000 com taxa em libor mais spread de 1,53% a.a., para cobertura das necessidades de capital de trabalho da controlada Ampla Energia. Para mitigar riscos da operação de empréstimo à variação cambial e taxa de juros, foi contratado uma operação simultânea de swap, anulando o efeito da variação cambial e taxa de juros do contrato por valores em reais a uma taxa de CDI + 0,40% a.a. Visando obter uma maior eficácia do hedge, foi contratado adicionalmente um novo swap para o qual há a troca da última taxa contratada (CDI + 0,40% a.a.) por uma taxa pré fixada de 7,6745% a.a..
- (e) Itaú BBA: Empréstimos na modalidade de captação externa (Lei nº 4131) nos valores de USD75.620 e USD 95.132 relativos a controlada CELG D e no valor de USD75.620 relativo a controlada Ampla Energia, com taxas fixas (spread) de 4,05% a.a., 4,02% a.a. e 4,21% a.a., respectivamente, para cobertura das necessidades de capital de giro das respectivas controladas, respectivamente. Para mitigar riscos da operação de empréstimo à variação cambial e taxa de juros, foi contratado uma operação simultânea de swap, anulando o efeito da variação cambial e taxa de juros do contrato por valores em reais a uma taxa de 116,15%, 115,80% e 115,65% do CDI, respectivamente.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (f) BNP PARIBAS: Empréstimo na modalidade de captação externa (Lei nº 4131) no valor de USD75.620 com taxa fixa (spread) de 3,19% a.a., para cobertura das necessidades de capital de trabalho da controlada EGP Projetos I. Para mitigar riscos da operação de empréstimo à variação cambial e taxa de juros, foi contratado uma operação simultânea de swap, anulando o efeito da variação cambial e taxa de juros do contrato por valores em reais a uma taxa de 100,00% do CDI.
- (g) Mútuos: Empréstios captados com a investidora Enel Américas objetivando a captação de recursos para alavancagem financeira das investidas no Brasil, bem como para aquisição da controlada CELG D.
- (h) BNDES Finame: Financiamento, no montante total de R\$3.296, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários à implantação de reforços na rede básica de transmissão de energia elétrica da controlada Enel Cien, por meio do seccionamento de linha de transmissão Garabi II, o qual foi contratado junto ao banco Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2017 a controlada Enel Cien havia sacado 89% do valor contratado.
- (i) BNDES Finem seccionamento: Financiamento, no montante de R\$29.520, destinados ao projeto de implantação de reforços na rede básica de transmissão de energia elétrica da controlada Enel Cien, por meio do seccionamento de linha de transmissão Garabi II, o qual foi contratado junto ao banco Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2017 a controlada Enel Cien havia sacado 82% do valor contratado.
- (j) BNDES Capex 2017: Empréstimos captados em outubro de 2017 junto ao BNDES com a finalidade de alavancar investimentos na controlada Ampla Energia. Esses empréstimos têm seus respectivos vencimentos em agosto de 2022. Os encargos financeiros são compostos basicamente por IPCA + 8,24% e TJLP + 4,15%.
- (k) BNDES FINAME/FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da controlada COELCE contratado em 28 de junho de 2013, no montante total de R\$217.185, através de sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2017 havia sido liberado pelo BNDES 89% do total.
- (l) BNDES Capex: 2012/2013: Financiamento, no montante de R\$450.171, para o plano de investimento 2012/2013 da controlada Ampla Energia, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, como repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2017 a controlada Ampla Energia havia sacado 79% do valor contratado.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (m) BNDES Capex: 2014/2015: Financiamento, no montante de R\$691.739, para o plano de investimento 2014/2015 das controladas Ampla Energia e COELCE, contrato liderado pelo Itaú, como repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2017 as controladas haviam sacado aproximadamente 30% do valor contratado.
- (n) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante total de R\$331.397, para o plano de investimento 2010/2011 da controlada Ampla Energia, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2017 a controlada Ampla Energia sacou 97% do valor contratado.
- (o) Cédula de Crédito Bancário Banco do Brasil: Empréstimo com vencimento em novembro de 2018 e novembro de 2019, na modalidade de Crédito Agrário destinados ao apoio financeiro da controlada COELCE na utilização de amortização de dívidas anteriores. Para mitigar riscos da operação de empréstimo à volatilidade da taxa de juros, foi contratado uma operação de swap, anulando o efeito da variação da taxa pós do contrato por uma taxa pré fixada de 8,26% a.a.
- (p) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia - MME, com recursos originários da RGR e CDE.
- (q) Banco do Nordeste do Brasil: Programa de incentivo as fontes alternativas de energia (Proinfra) - A controlada COELCE celebrou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de inversões fixas, através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)/Proinfra.
- (r) Banco de Crédito e Varejo S.A.: Empréstimo para para capital de giro da controlada CELG D. Para garantir o cumprimento das obrigações, foram constituídas em favor do Banco de Crédito e Varejo S.A., garantia representada pela cessão fiduciária de duplicadas de titularidade da controlada CELG D, referentes ao fornecimento de energia elétrica pela controlada CELG D, as quais correspondem e deverão corresponder até a integral liquidação desta CCB, a 180% (cento e oitenta por cento) do valor de principal mais encargos da dívida.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (s) FIDC: Foi aprovado em março de 2015, por meio da ATA 386ª Reunião do Conselho de Administração da CELG D, a conversão da dívida representada por debêntures, no valor de R\$290 milhões, emitidas sob a coordenação do Banco Credit Suisse, em emissão de quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC e a tomada de crédito adicional, no montante de 200 milhões também por meio de FIDC.

Em julho de 2015 iniciou-se o CELG DISTRIBUIÇÃO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS inscrito no CNPJ/MF sob nº. 21.161.619/0001-58, constituído sob forma de Condomínio Fechado, ou seja, as quotas só serão resgatadas no término do prazo de duração do fundo conforme art. 2º item VI Inst. CVM 356. O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como coordenador líder, o Banco de Investimento Credit Suisse (Brasil) S.A e como cedente a CELG D.

O prazo de duração do Fundo iniciou-se na data de emissão das quotas Seniores e encerrar-se-á no prazo de 96 (noventa e seis) meses, sendo 23 (vinte e três) meses de carência e 73 (setenta e três) meses, com amortizações mensais. As cotas Seniores estão divididas em série A e série B.

As Quotas Seniores Série A e da Série B da CELG DISTRIBUIÇÃO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS da CELG D tem como valor inicial de emissão R\$100.000.

Conforme Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas da CELG DISTRIBUIÇÃO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, o Administrador aprovou a realização de 150 quotas Subordinadas, a serem Subscritas e Integralizadas exclusivamente pelo cedente perfazendo um total de R\$15.000. Estas cotas terão como valor inicial de emissão de R\$100 (cem mil) e estão classificadas no passivo não circulante, como redutora do total a pagar do Fundo.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos, são contabilizados, conforme o CPC 08, como redutora do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido. Para evidênciação do valor líquido recebido

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (t) Cédula de crédito bancário Itaú: Empréstimo com vencimento em março de 2019, na modalidade de capital de giro destinados ao apoio financeiro da controlada COELCE e utilizados para cobrir custos operacionais. Para mitigar riscos da operação de empréstimo à volatilidade da taxa de juros, foi contratado uma operação de swap, anulando o efeito da variação da taxa pós do contrato por uma taxa pré fixada de 8,06% a.a..
- (u) Celg de Participações S.A.: Mútuo captado pela controlada CELG D com o objetivo de reestruturação de dívida. O cumprimento deste contrato tem como garantia a vinculação de receita própria da respectiva controlada.

Nas operações de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro as controladas Ampla Energia, COELCE, e Enel Cien comprometeram-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2017:

Banco	Obrigações especiais financeiras	Índice	Periodicidade
BNDES (FINEM e Finame)/Seccionamento/Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido/LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
BNDES (FINEM e Finame) /Seccionamento/Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido/Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Semestral
BNDES (Capex 2012-2013 e 2014-2015)	Endividamento bancário líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES (Capex 2012-2013 e 2014-2015)	Endividamento bancário líquido/Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Banco do Brasil S.A. (BB Agropecuário) e Eletrobras	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00	Semestral

Contratos BNDES 2011, 2012 e 2014, Banco do Brasil e Itaú CCB:

- Endividamento financeiro líquido: endividamento bancário de curto prazo e longo prazo menos o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários; e
- LAJIDA (EBITDA): lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, depreciação e amortização.

Contratos Citibank N.A e Itaú BBA

- Endividamento financeiro líquido e dívida financeira líquida: o endividamento total, excluindo a dívida com parte relacionada (mútuos subordinados); e
- LAJIDA (EBITDA): lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, depreciação, amortização, provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios e PCLD.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

O principal dos empréstimos e financiamentos não circulante, excluindo os efeitos das operações de swap contratados, tem a amortização do principal contratado distribuída da seguinte forma:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	-	83.354	500.186
2019	536.465	-	2.745.892	586.773
2020	-	-	554.496	167.924
2021	-	-	510.840	74.200
Após 2021	744.300	-	1.017.884	93.528
<b>Total</b>	<b>1.280.765</b>	<b>-</b>	<b>4.912.466</b>	<b>1.422.611</b>

Mutação de empréstimos e financiamentos, sem os efeitos dos custos de transação:

	Controladora				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-
Captações	175.757	-	-	-	175.757
Encargos provisionados	13.292	-	-	-	13.292
Em 31 de dezembro de 2016	189.049	-	-	-	189.049
Captações	-	-	-	1.194.045	1.194.045
Encargos provisionados	28.863	-	39.819	-	68.682
Encargos pagos	(41.942)	-	(21.700)	-	(63.642)
Variação monetária e cambial	-	-	-	46.752	46.752
Transferências	(40.265)	40.265	297	(297)	-
Resultado swap	-	-	(84)	12.500	12.416
Amortizações	(135.491)	-	-	-	(135.491)
Em 31 de dezembro de 2017	214	40.265	18.332	1.253.000	1.311.811

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 31 de dezembro de 2015	328.721	1.199.620	98	10.842	1.539.281
Captações	558.395	-	-	427.716	986.111
Encargos provisionados	168.957	-	10.829	-	179.786
Encargos pagos	(140.071)	-	(7.363)	-	(147.434)
Varição monetária e cambial	-	7.671	-	(64.438)	(56.767)
Transferências	166.724	(166.724)	(368)	368	-
Marcação a mercado	-	-	-	7.556	7.556
Resultado swap	-	-	3.194	62.615	65.809
Amortizações	(465.118)	-	-	-	(465.118)
Em 31 de dezembro de 2016	617.608	1.040.567	6.390	444.659	2.109.224
Aquisição de controlada CELG -D	<b>477.405</b>	<b>580.136</b>	-	-	<b>1.057.541</b>
Captações	<b>505.000</b>	<b>417.467</b>	-	<b>3.044.045</b>	<b>3.966.512</b>
Encargos provisionados	<b>258.409</b>	-	<b>76.554</b>	-	<b>334.963</b>
Encargos pagos	<b>(271.150)</b>	-	<b>(39.012)</b>	-	<b>(310.162)</b>
Varição monetária e cambial	<b>1.707</b>	<b>19.045</b>	<b>283</b>	<b>82.731</b>	<b>103.766</b>
Transferências	<b>526.253</b>	<b>(526.253)</b>	<b>136.074</b>	<b>(136.074)</b>	-
Marcação a mercado	-	-	-	<b>(1.558)</b>	<b>(1.558)</b>
Resultado swap	-	-	<b>68.132</b>	<b>(111.531)</b>	<b>(43.399)</b>
Amortizações	<b>(1.453.800)</b>	-	-	-	<b>(1.453.800)</b>
Em 31 de dezembro de 2017	<b>661.432</b>	<b>1.530.962</b>	<b>248.421</b>	<b>3.322.272</b>	<b>5.763.087</b>

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Debêntures (Consolidado)

Descrição	Controladas	Consolidado					
		31/12/2017			31/12/2016		
		Principal	Não Circulante	Não circulante	Principal	Não Circulante	Não circulante
1ª série - 5ª emissão	COELCE	934	-	350.000	-	-	-
1ª série - 7ª emissão	Ampla Energia	-	-	-	302	50.000	-
1ª série - 8ª emissão	Ampla Energia	-	-	-	10.903	50.000	100.000
1ª série - 9ª emissão	Ampla Energia	1.630	-	600.000	-	-	-
2ª série - 3ª emissão	COELCE	1.946	144.140	-	3.864	140.346	140.375
2ª série - 5ª emissão	COELCE	313	-	150.198	-	-	-
2ª série - 6ª emissão	Ampla Energia	-	-	-	7.469	87.831	87.831
2ª série - 7ª emissão	Ampla Energia	-	-	-	13.340	137.142	274.287
2ª série - 8ª emissão	Ampla Energia	-	-	-	10.903	50.000	100.000
(-) Custo a amortizar		-	(212)	(7.518)	-	(1.225)	(2.004)
Total sem efeito das operações de swap		4.823	143.928	1.092.680	46.781	514.094	700.489
Resultado das operações de swap		-	-	-	-	(787)	-
Total de debêntures		4.823	143.928	1.092.680	46.781	513.307	700.489

Mutação de debêntures:

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	421.088	1.154.676	1.575.764
Encargos provisionados	135.059	-	135.059
Encargos pagos	(141.653)	-	(141.653)
Transferências de prazos	521.566	(521.566)	-
Variação monetária	-	66.205	66.205
Amortização do principal	(385.959)	-	(385.959)
Transferência custo de transação	(1.174)	1.174	-
Apropriação do custo de transação	1.495	-	1.495
Resultado das operações de swap	9.666	-	9.666
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	560.088	700.489	1.260.577
Encargos provisionados	82.943	-	82.943
Encargos pagos	(124.904)	-	(124.904)
Transferências de prazos	719.973	(719.973)	-
Captações	-	1.100.000	1.100.000
Variação monetária	-	19.519	19.519
Amortização do principal	(1.092.989)	-	(1.092.989)
Transferência custo de transação	2.891	(2.891)	-
Apropriação do custo de transação	3.159	-	3.159
Constituição custo de transação	(3.197)	(4.464)	(7.661)
Resultado das operações de swap	787	-	787
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	148.751	1.092.680	1.241.431

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Debêntures (Consolidado)--Continuação

Características das emissões:

#### Controlada COELCE

<b>Características</b>	<b>3ª emissão - 2ª série</b>
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	29.600 debêntures simples
Valor nominal	R\$10
Data de emissão	15 de outubro de 2011
Vencimento inicial	15 de outubro de 2016
Vencimento final	15 de outubro de 2018
Atualização monetária	IPCA
Repactuação	Não haverá
Remuneração	6,85% a.a.
Exigibilidade de juros	Anual
Amortizações	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2016, 2017 e 2018

<b>Características</b>	<b>5ª emissão - 1ª série</b>	<b>5ª emissão - 2ª série</b>
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	350.000 debêntures simples	150.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$10	R\$10
Data de emissão	15 de dezembro de 2017	15 de dezembro de 2017
Vencimento inicial	22 de dezembro de 2017	22 de dezembro de 2017
Vencimento final	15 de dezembro de 2022	15 de dezembro de 2024
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,80% a.a.	6,0013% a.a.
Exigibilidade de juros	Anual	Anual
Amortizações	Em seis parcelas anuais	Em oito parcelas anuais
Data das amortizações	2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022	2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Debêntures (Consolidado)--Continuação

#### Controlada Ampla Energia

<u>Característica</u>	<u>9ª emissão - 1ª série</u>
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	600.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$10
Data de emissão	11 de dezembro de 2017
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2017
Vencimento final	15 de dezembro de 2020
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	114% do CDI
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortização programada	Em quatro parcelas anuais
Data de amortização	2017, 2018, 2019 e 2020

Em 26 de dezembro de 2017 encerrou-se a distribuição pública das 6ª, 7ª e 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da controlada Ampla Energia.

As controladas Ampla Energia e COELCE estão sujeitas à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2017:

<u>Emissão</u>	<u>Obrigações especiais financeiras</u>	<u>Índice</u>
3ª emissão - COELCE	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,50
3ª emissão - COELCE	EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75
5ª emissão - COELCE	Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	3,50
9ª Emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	4,00
9ª Emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/(Dívida financeira líquida + patrimônio líquido) (máximo)	0,60

Amortização contratual do longo prazo das debêntures, é como segue:

	<u>2019</u>	<u>Após 2019</u>	<u>Total</u>
1ª série - 5ª emissão - Coelce	-	350.000	350.000
2ª série - 5ª emissão - Coelce	-	150.198	150.198
1ª série - 9ª emissão - Ampla Energia	-	600.000	600.000
(-) Custo de transação	(746)	(6.772)	(7.518)
Total a amortizar	(746)	1.093.426	1.092.680

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

### Considerações gerais

O Grupo Enel possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

### Fatores de risco

#### a) *Risco de taxa de câmbio*

Esse risco decorre da possibilidade do Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado.

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos passivos em moeda estrangeira que não estão protegidos por instrumentos de *swap* cambial:

	Passivo	
	31/12/2017	31/12/2016
Dólares norte-americano	9.275	9.136

#### b) *Risco de encargos de dívida*

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, o Grupo Enel prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, os empréstimos indexados a taxas variáveis, tiveram suas taxas fixadas através de contrato de *swap*, para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. O ajuste a débito e a crédito dessa operação está registrado na demonstração do resultado

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### b) *Risco de encargos de dívida--Continuação*

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso as variações nas taxas de juros de 2017 fossem iguais as esperadas para 2018, segundo projeções baseadas na curva futura da B3:

Indexador do contrato	Consolidado				
	31/12/2017	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CDI	97.962	119.835	21.873	141.397	43.435
FIXO	205.990	205.990	-	205.990	-
IPCA	56.800	62.247	5.447	67.637	10.837
LIBOR	483	1.837	1.354	2.967	2.484
SELIC	20.189	23.456	3.267	26.677	6488
TJLP	57.160	66.107	8.947	74.933	17773
TR	4.950	4.950	-	4.950	-
<b>Total</b>	<b>443.534</b>	<b>484.422</b>	<b>40.888</b>	<b>524.551</b>	<b>81.017</b>

##### c) *Risco de crédito*

O risco surge da possibilidade de suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, além da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração do Grupo, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

##### d) *Risco de vencimento antecipado*

Algumas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente, e não limitam a capacidade de condução normal das operações.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

### Fatores de risco--Continuação

#### e) *Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento*

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições das companhias do Grupo, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a controlada Ampla Energia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

#### f) *Gestão do risco de capital*

O Grupo Enel administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 19 e 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados na Notas 4 e 5) e pelo patrimônio líquido do Grupo.

	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2017</b>
Dívida	<b>6.982.107</b>
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	<b>(1.722.695)</b>
Dívida líquida (a)	<b>5.259.412</b>
Patrimônio líquido (b)	<b>11.962.475</b>
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	<b>31%</b>

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 4, 5, 20 e 21.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### g) Risco de liquidez

A liquidez do Grupo Enel é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetados do Grupo Enel (inclui juros e principal):

	Controladora					Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	
31 de dezembro de 2017						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	-	23.945	24.043	1.530.935	-	1.578.923
	-	23.945	24.043	1.530.935	-	1.578.923
31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	-	-	217.621	-	-	217.621
	-	-	217.621	-	-	217.621
	Consolidado					
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	33.487	94.779	178.562	2.884.291	77.682	3.268.801
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	24.736	110.010	523.873	1.550.941	3.843	2.213.403
Debêntures	(21)	(42)	233.485	1.279.615	78.851	1.591.888
	58.202	204.747	935.920	5.714.847	160.376	7.074.092
31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	7.237	14.127	280.567	218.845	49.032	569.808
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	42.903	109.893	325.650	1.360.321	4.046	1.842.813
Debêntures	22.835	-	598.870	785.601	-	1.407.306
	72.975	124.020	1.205.087	2.364.767	53.078	3.819.927

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Fatores de risco--Continuação

##### g) Risco de liquidez--Continuação

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa das controladoras Ampla Energia, COELCE, CGTF e CELG D:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017					
<i>NDF BRL x USD</i>	(11)	(177)	(335)	12.500	11.977
<i>Swaps de taxa de juros</i>	15.188	12.134	45.270	67.106	139.698
	<b>15.177</b>	<b>11.957</b>	<b>44.935</b>	<b>79.606</b>	<b>151.675</b>
31 de dezembro de 2016					
<i>NDF BRL x USD (CGTF)</i>	(3.507)	-	-	-	(3.507)
<i>Swaps de taxa de juros (Ampla Energia)</i>	(4.406)	(14.373)	(25.832)	(40.207)	(84.818)
	<b>(7.913)</b>	<b>(14.373)</b>	<b>(25.832)</b>	<b>(40.207)</b>	<b>(88.325)</b>

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, o Grupo utiliza como opção de curto prazo as contas garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos exercícios de 2017 e 2016 quanto à utilização das contas:

Conta garantida	31/12/2017	31/12/2016
Contratada	290.000	200.000

#### Valorização dos instrumentos financeiros

Na determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas consideradas adequadas para realização de novas operações no mercado. Com relação ao valor justo das debêntures foram consideradas as cotações negociadas no mercado secundário.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

##### *Valor justo hierárquico*

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os saldos contábeis e valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2017 são demonstrados abaixo:

	Categoria	Nível	Controladora	
			Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	373.080	373.080
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	2	25.051	25.051
Instrumentos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	2	84	84
Empréstimos com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	2	1.099.204	1.099.204
Passivo				
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	147.976	147.976
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	40.265	40.265
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	1.240.500	1.240.500
Instrumentos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	2	12.500	12.500

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

#### Valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

##### *Valor justo hierárquico--Continuação*

	Categoria	Nível	Consolidado	
			Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	1.382.758	1.382.758
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	2	339.937	339.937
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	25.485	25.485
Consumidores, concessionários e permissionários	Empréstimos e recebíveis	2	3.574.244	3.574.244
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	Empréstimos e recebíveis	2	281.448	281.448
Instrumentos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	2	94.509	94.509
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	Empréstimos e recebíveis	2	1.416.904	1.416.904
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	4.349.270	4.349.270
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	4.059.749	4.059.749
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	2.192.394	2.188.193
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	3.548.282	3.532.806
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.241.431	1.206.131
Instrumentos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	2	116.512	116.512
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	Outros passivos financeiros	2	155.950	155.950

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

### Valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

#### *Valor justo hierárquico--Continuação*

A estimativa do valor de mercado das operações de *swaps* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2017.

Os valores da curva e de mercado do instrumento derivativo (*swap*) de 31 de dezembro de 2017 são como segue:

Controlada	Contraparte	Data do contrato	Data de vencimento	Posição	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença
COELCE	Santander	11/12/2017	20/03/2019	CDI + 107% a.a.	(63)	875	938
COELCE	Itaú	11/12/2017	07/11/2019	CDI + 112% a.a.	(15)	590	605
Ampla Energia	Citibank	08/01/2016	24/12/2018	Libor + 2,40% a.a CDI + 1,90% a.a.	(26.730)	(24.244)	2.486
Ampla Energia	Santander (Brasil)	07/03/2016	07/03/2019	Libor + 1,53% a.a. CDI + 0,40% a.a.	(32.722)	(29.694)	3.028
Ampla Energia	Itaú	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210% a.a.	(6.108)	3.109	9.217
Ampla Energia	Santander	07/12/2017	24/12/2018	115,65% CDI	(1)	2.637	2.638
Ampla Energia	Itaú	08/12/2017	07/03/2019	CD + 1,90% a.a. Fixo	(52)	1.220	1.272
CGTF	Citibank	13/04/2017	13/04/2020	Libor + 1,41% a.a. CDI + 1,450% a.a.	7.810	11.372	3.562
CGTF	NDF Itaú	20/04/2017	23/01/2018	USD x BRL	41	(17)	(58)
CGTF	NDF Itaú	24/05/2017	20/04/2018	USD x BRL	74	120	46
CGTF	NDF BNP	22/06/2017	23/04/2018	USD x BRL	219	307	88
CELG D	Itaú	05/07/2017	06/07/2020	116,15% CDI + 4,50%	6.355	182	(6.173)
CELG D	Itaú	22/08/2017	21/08/2020	115,80% CDI + 4,20% USD + 4,19% a.a.	(9.954)	18.034	27.988
EGP Projetos I	BNP Paribas	09/11/2017	08/11/2019	CDI + 0,70% a.a.	730	5.922	5.192
Enel Brasil	NDF Santander	12/06/2017	21/02/2018	USD x BRL	(392)	(469)	(77)
Enel Brasil	NDF Santander	12/06/2017	21/08/2019	USD x BRL	(9.985)	(24.247)	(14.262)
Enel Brasil	NDF BNP	12/06/2017	21/08/2018	USD x BRL	(425)	(585)	(160)
Enel Brasil	NDF BNP	12/06/2017	21/02/2019	USD x BRL	(433)	(703)	(270)
Enel Brasil	NDF Itaú	11/09/2017	21/02/2018	USD x BRL	690	646	(44)
Enel Brasil	NDF Itaú	11/09/2017	21/08/2018	USD x BRL	675	572	(103)
Enel Brasil	NDF Itaú	11/09/2017	21/02/2019	USD x BRL	679	505	(174)
Enel Brasil	NDF Itaú	11/09/2017	21/08/2019	USD x BRL	21.542	15.720	(5.822)
Enel Brasil	NDF Itaú	13/12/2017	12/06/2018	USD x BRL	(43)	(39)	4
Enel Brasil	NDF Itaú	13/12/2017	12/12/2018	USD x BRL	(45)	(41)	4
Enel Brasil	NDF Itaú	13/12/2017	12/06/2019	USD x BRL	(48)	(70)	(22)
Enel Brasil	NDF Itaú	13/12/2017	12/12/2019	USD x BRL	(2.204)	(3.705)	(1.501)
				<b>Total</b>	<b>(50.405)</b>	<b>(22.003)</b>	<b>28.402</b>

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	3	1	328.710	178.828
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	-	490	133.185	185.352
Imposto sobre serviços - ISS	154	90	23.090	8.384
PIS	129	154	24.342	15.108
COFINS	797	949	130.259	70.142
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retido na Fonte)	230	71	11.209	5.764
Contribuições sociais	-	-	20.060	11.326
Parcelamento especial	-	-	46.440	-
FGTS	-	-	43	-
Outros tributos e Contribuições	25.814	21.018	48.226	32.846
Total	27.127	22.773	765.564	507.750

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora												
			31/12/2017					31/12/2016							
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)	Intangível	
Enel Cien	(b)	Mútuo	-	80.710	-	-	18.452	-	180.690	-	-	-	-	39.244	-
Enel Soluções		Mútuo	200	-	609	-	2.466	-	13.085	-	-	-	-	-	-
Ampla Energia	(i)	Mútuo	757.335	178.785	1.202	-	191.527	-	187.125	1.024.850	2.356	-	-	171.986	-
Ampla Energia		Prestação de serviço	-	-	3.013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CTM	(c)	Mútuo	-	40.818	-	-	2.463	-	-	37.356	-	-	-	(5.629)	-
TESA	(c)	Mútuo	-	41.356	-	-	2.744	-	-	38.612	-	-	-	(5.858)	-
Enel Américas	(g)	Mútuo	-	-	18.630	1.280.765	(117.920)	-	-	-	189.049	-	-	(13.292)	-
Enel SPA	(f)	Conta corrente	-	-	100.018	-	(55.471)	-	-	-	44.548	-	-	(10.889)	-
Eólica Fazenda Nova	(e)	Conta corrente	-	-	-	-	3.421	-	2.898	-	-	-	-	-	-
Endesa Américas S/A		Prestação de serviço	-	-	539	-	35	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power		Prestação de serviço	743	-	-	-	-	-	-	107	-	-	-	-	-
Gás Atacama		Prestação de serviço	418	-	-	-	-	-	418	-	-	-	-	-	-
Enersis Américas		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	487	-	-	-	(487)	-
Enersis Chile		Prestação de serviço	-	-	195	-	(19)	-	-	177	-	-	-	(177)	-
Chilectra Chile		Prestação de serviço	-	-	521	-	(399)	-	-	118	-	-	-	(118)	-
Enel Soluções		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.339	-
Enel Generación Chile		Prestação de serviço	-	-	10.774	-	(422)	-	-	10.206	-	-	-	(9.068)	-
Enel Iberoamérica		Prestação de serviço	-	-	-	-	(44)	-	-	1.781	-	-	-	(1.781)	-
Enel Ingegneria e Innovazione		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	5.700	-	-	-	(5.700)	-
Enel Itália Servizi		Prestação de serviço	-	-	11.330	-	(9.528)	-	-	10.049	-	-	-	(10.007)	-
Enel Produzione SPA		Prestação de serviço	-	-	3.972	-	(623)	-	-	539	-	-	-	(539)	-
Enel Trading		Prestação de serviço	-	-	5.799	-	(4.101)	-	-	1.698	-	-	-	(1.698)	-
Enel Soluções		Prestação de serviço	4	-	609	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COELCE		Prestação de serviço	-	-	1.242	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Cien		Prestação de serviço	461	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EGP Cachoeira Dourada		Prestação de serviço	207	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CGTF		Prestação de serviço	146	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CELG D		Gastos de integralização	715	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total partes relacionadas</b>			<b>760.229</b>	<b>341.669</b>	<b>158.453</b>	<b>1.280.765</b>	<b>32.581</b>	-	<b>384.216</b>	<b>1.100.818</b>	<b>266.815</b>	-	-	<b>147.326</b>	-

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Partes relacionadas--Continuação

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Consolidado											
			31/12/2017					31/12/2016						
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)	Intangível
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	(a.1)	Plano de pensão	-	-	2.593	99.047	(13.649)	799	-	-	2.974	93.748	(8.567)	513
Fundação Brasetros	(a.2)	Plano de pensão	-	-	-	492.442	(48.219)	-	-	-	-	493.335	(49.382)	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A.	(d)	Transporte de energia	-	65.016	-	67.111	9.913	-	-	69.535	-	70.741	30.238	-
Endesa Costanera S.A.	(d)	Transporte de energia	-	24.296	-	24.556	3.704	-	-	26.108	-	26.045	11.267	-
Enel Energy Europe		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	1.127	-	-	-
Enel Ingegneria e Innovazione		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	5.700	-	(5.700)	-
Enel Américas	(g)	Mútuo	-	-	18.630	1.280.765	(117.920)	-	-	-	189.049	-	(13.292)	-
Enel Américas		Prestação de serviço	-	-	539	-	35	-	-	-	486	-	(487)	-
Enel Chile		Prestação de serviço	-	-	195	-	(19)	-	-	-	177	-	(177)	-
Chilectra Chile (Enel Distribuição Chile)		Prestação de serviço	-	-	521	-	(399)	-	-	-	118	-	(118)	-
Enel Generación Chile		Prestação de serviço	-	-	10.774	-	(422)	-	-	-	10.206	-	(9.068)	-
Enel SPA	(f)	Prestação de serviço	-	-	102.294	-	(53.665)	-	-	-	52.165	-	(15.208)	-
Enel Distribuzione SPA		Prestação de serviço	-	-	3.110	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Iberoamérica		Prestação de serviço	-	-	-	-	(102)	-	-	-	2.538	-	(1.781)	-
EGP - Joana Eólica	(j)	Compra e venda de energia	739	858	1.743	-	(17.779)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Modelo I Eólica	(j)	Compra e venda de energia	818	1.819	1.844	-	(16.287)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Modelo II Eólica	(j)	Compra e venda de energia	765	1.218	1.341	-	(11.801)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Emiliana Eólica	(j)	Compra e venda de energia	719	1.184	2.620	-	(14.136)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Pau Ferro Eólica	(j)	Compra e venda de energia	878	1.509	1.990	-	(19.807)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Pedra do Gerônimo Eólica	(j)	Compra e venda de energia	732	1.425	1.494	-	(16.392)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Tacaicó Eólica	(j)	Compra e venda de energia	500	566	1.254	-	(12.225)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Cabeça de Boi	(j)	Compra de energia	-	-	1.472	-	(13.913)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Cristalândia I	(j)	Compra de energia	-	-	5.183	-	(9.225)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Cristalândia II	(j)	Compra de energia	-	-	10.329	-	(19.268)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Delfina B	(j)	Compra de energia	-	-	2.680	-	(2.679)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Delfina C	(j)	Compra de energia	-	-	1.008	-	(1.007)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Delfina D	(j)	Compra de energia	-	-	5.184	-	(5.183)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Delfina E	(j)	Compra de energia	-	-	5.184	-	(5.183)	-	-	-	-	-	-	-
EGP -- Desenvolvimento		Projeto interno	-	-	1.597	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Dois Riachos	(j)	Compra e venda de energia	382	-	2.894	-	(27.781)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Fazenda	(j)	Compra de energia	-	-	1.169	-	(12.245)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Mourão	(j)	Compra de energia	-	-	21	-	(254)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Parapanema	(j)	Compra de energia	-	-	74	-	(881)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Parapanema	(j)	Compra de energia	-	-	164	-	(1.450)	-	-	-	-	-	-	-
EGP - Salto Apiacas	(j)	Compra de energia	-	-	1.722	-	(20.053)	-	-	-	-	-	-	-

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Partes relacionadas--Continuação

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Consolidado											
			31/12/2017						31/12/2016					
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)	Intangível
Quatiara Energia	(j)	Transporte de energia	-	-	886	-	(5.787)	-	-	-	-	-	-	-
Socibe Energia	(i)	Transporte de energia	-	-	2.472	-	(12.315)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Participações		Prestação de serviço	743	-	-	-	-	-	-	107	-	-	-	-
Enel Green Power Participações		Transporte de energia	85	-	-	-	551	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Participações		Instalações de painéis	117	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Participações		Compra de energia	-	-	182	-	(2.324)	-	1.560	-	14.350	-	(107.284)	-
Gás Atacama		Prestação de serviço	418	-	-	-	-	-	418	-	-	-	-	-
Enel Itália Servizi		Prestação de serviço	-	-	32.922	-	(23.654)	-	-	-	10.049	-	(10.007)	-
Enel Produzione SPA		Prestação de serviço	-	-	6.587	-	(623)	-	-	-	539	-	(539)	-
Enel Trade		Prestação de serviço	-	-	5.799	-	(4.101)	-	-	-	1.698	-	(1.698)	-
Total partes relacionadas			<b>6.896</b>	<b>97.891</b>	<b>238.471</b>	<b>1.963.921</b>	<b>(496.545)</b>	<b>799</b>	<b>1.978</b>	<b>95.643</b>	<b>291.283</b>	<b>683.869</b>	<b>(181.803)</b>	<b>513</b>
Total plano de pensão		Plano de pensão	-	-	(2.593)	(591.489)	61.868	(799)	-	-	(2.974)	(587.083)	57.949	-
Total			<b>6.896</b>	<b>97.891</b>	<b>235.878</b>	<b>1.372.432</b>	<b>(434.677)</b>	<b>-</b>	<b>1.978</b>	<b>95.643</b>	<b>288.309</b>	<b>96.786</b>	<b>(123.854)</b>	<b>513</b>

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Partes relacionadas--Continuação

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Obrigações com plano de pensão

a.1) *Plano de Pensão - FAELCE*

A controlada COELCE, como mantenedora da FAELCE, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira da FAELCE e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”. Para maiores detalhes, vide Nota 28.

a.2) *Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS*

A controlada Ampla Energia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável). Para maiores detalhes, vide Nota 28.

b) Enel Cien

A Companhia possui empréstimos com a sua controlada Enel Cien no montante total atualizado de R\$80.710 (R\$180.690 em 2016). Os empréstimos são indexados pela variação do CDI, acrescidos de juros de 3% a.a.

c) CTM e TESA

Os mútuos com a CTM e TESA são em dólares norte-americanos e possuem encargos financeiros indexados a taxa Libor, com spread médio de 4,00% a.a..

d) CEMSA - Comercializadora del Mercosur S.A. e Enel Costanera S.A.

O saldo a pagar à CEMSA e Costanera no montante de R\$91.667 em 31 de dezembro de 2017 (R\$96.786 em 2016) originou-se em virtude da compra de energia para revenda no mercado brasileiro em anos anteriores. Os saldos são atualizados, em uma base mensal, incluindo as variações cambiais, uma vez que o contrato foi firmado em dólares norte-americanos.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **24. Partes relacionadas--Continuação**

e) Fazenda Nova

Conta corrente com a controlada Eólica Fazenda Nova referente a despesas realizadas por esta, a qual se encontra em fase pré-operacional. No exercício de 2017, a controlada foi incorporada pela Companhia.

f) Enel S.p.A.

A Companhia mantém contrato com a Enel S.p.A. referente a prestações de serviços relativos à tecnologia, serviços estruturais e de disponibilização de recursos humanos.

g) Enel Américas

Mútuos captados com a investidora Enel Américas objetivando a captação de recursos para alavancagem financeira das investidas no Brasil, bem como para aquisição da controlada CELG D.

h) Ampla Energia:

A Companhia possui empréstimos com a sua controlada Ampla Energia devido à necessidade de capital de giro da controlada. Os empréstimos são indexados pela variação do CDI, acrescidos de juros de 1,65% a.a. e 2,75% a.a..

i) Grupo Enel Green Power ("EGPs"):

Os saldos incorridos estão substancialmente relacionados com as receitas/despesas de Energia Incentivada entre as empresas do Grupo Enel Green Power e as controladas CGTF e EGP Cachoeira Dourada.

*Remuneração da Administração*

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$17.855 (R\$17.114 em 2016). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho. A remuneração dos administradores somada às remunerações pelas controladas, no exercício de 2017 foi de R\$47.493 (39.225 em 2016).

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para o Grupo.

#### a) Provisões com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrando a movimentação das provisões para contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017:

Descrição	Controladora				
	31/12/2016	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2017
Trabalhistas (i)	171	(157)	7	(1)	20
Cíveis (ii)	-	10	-	(4)	6
Fiscais	844	-	70	-	914
<b>Total</b>	<b>1.015</b>	<b>(147)</b>	<b>77</b>	<b>(5)</b>	<b>940</b>

  

Descrição	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2016	Aquisição de controlada CELG D	Adições (reversões)	Adições Funac	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2017
Trabalhistas(i)	290.921	95.364	(1.243)	243.966	42.619	(98.696)	572.931
Cíveis (ii)	408.754	447.232	24.120	351.173	81.230	(194.312)	1.118.197
Fiscais (iii)	33.909	11.994	18.860	49.681	5.843	(79.748)	40.539
Regulatório (iv)	76.797	152.004	(41.046)	75.771	7.574	(132.226)	138.874
Ambientais (v)	3.000	-	-	-	-	-	3.000
<b>Total</b>	<b>813.381</b>	<b>706.594</b>	<b>691</b>	<b>720.591</b>	<b>137.266</b>	<b>(504.982)</b>	<b>1.873.541</b>

#### (i) *Riscos trabalhistas*

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais.

#### (ii) *Riscos cíveis*

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumerista, nos quais as controladas são ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de indenização por acidentes com energia elétrica, ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios-- Continuação

#### a) Provisões com risco provável--Continuação

##### (iii) *Riscos fiscais*

O restante do valor constante na provisão subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumeirista.

##### Controlada Ampla Energia

Os principais riscos fiscais aos quais a controlada está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$13.523 (R\$13.005 em 2016).

Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a novembro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da controlada Ampla Energia.

Provisões equivalentes a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$5.516, valor total do auto de R\$13.791, (R\$5.279 e R\$13.199 em 2016, respectivamente) e de R\$523, valor total do auto R\$2.614 (R\$502 e R\$2.512 em 2016, respectivamente).

##### (iv) *Riscos regulatórios*

##### Controladas Ampla Energia

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Inicialmente, o órgão regulador notifica a empresa a respeito das não conformidades que forem constatadas. A empresa notificada terá, então, 15 dias para sua manifestação. Posteriormente, caso se confirme a irregularidade, é emitido auto de infração aplicando penalidade às não conformidades. A empresa terá, então, prazo de 10 dias para interposição de seu recurso.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios-- Continuação

a) Provisões com risco provável--Continuação

(iv) *Riscos regulatórios*--Continuação

Controlada COELCE

Referem-se aos montantes relacionados às multas ARCE (Penalidades regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL).

(v) *Contingências ambientais*

Controlada EGP Cachoeira Dourada

A provisão constituída no montante de R\$3.000 refere-se à ação judicial ambiental movida em 2001 pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em trâmite na Comarca de Cachoeira Dourada, contra a controlada, por alegados danos supostamente causados pela instalação da barragem onde foi construída a usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada.

Foi proferida decisão favorável à controlada em primeira instância, que foi reformada pelo Tribunal de Justiça, o qual determinou a realização de perícia para apuração de eventuais danos. A controlada interpôs recurso especial contra a decisão.

Os assessores jurídicos, conservadoramente, opinaram pela constituição de provisão, à vista do caso específico, e levando em conta a experiência profissional em casos assemelhados envolvendo danos ambientais com solução negociada junto ao Ministério Público.

b) Contingências com risco possível

O Grupo Enel possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, as quais totalizam aproximadamente R\$7.487.855 em 31 de dezembro de 2017 (R\$7.431.959 em 2016).

(i) *Riscos trabalhistas*

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, reintegração, responsabilidade subsidiária e solidária, diferenças salariais, verbas rescisórias, dano moral e material, acidente de trabalho, etc.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios-- Continuação

#### b) Contingências com risco possível--Continuação

##### (ii) *Riscos cíveis*

A situação jurídica das controladas engloba processos de natureza cível, nos quais a é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

##### Controlada Enel Cien

##### Engie

A Engie ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela controlada Enel Cien, do “Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potencia firme e energia associada proveniente da Argentina” firmado em 20 de outubro de 1999, entre a controlada Enel Cien e Centrais Geradoras do Sul do Brasil S. A (Gerasul) sendo a Engie a sua sucessora. Na ação, a Engie pede a condenação da controlada Enel Cien ao pagamento de multa rescisória no montante histórico estimado de R\$117 milhões, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de “potencia firme e energia associada”, cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, a Engie ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada Enel Cien, e seus clientes, incluída a própria Engie, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da controlada Enel Cien e fora de seu controle. A controlada Enel Cien contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestação das partes, o processo foi encaminhado para análise do juiz. O processo se encontra suspenso até o desfecho de outra ação judicial envolvendo as partes, que tem objeto prejudicial ao desenvolvimento dessa.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios-- Continuação

#### b) Contingências com risco possível--Continuação

##### ii) *Riscos cíveis*--Continuação

###### Controlada Enel Cien

###### Furnas

Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela controlada Enel Cien do “Contrato de Potencia Firme com Energia Associada”, celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina. Na ação, Furnas pede a condenação da controlada Enel Cien ao pagamento de multa rescisória no montante histórico estimado de R\$520 milhões e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, Furnas ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada Enel Cien, e seus clientes, incluída a própria Furnas, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da controlada Enel Cien e fora de seu controle.

A controlada Enel Cien contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. O processo foi julgado improcedente em relação a todos os pedidos feitos por Furnas. No prazo para apresentação de Apelação, foi apresentada petição por Furnas, a qual encontra-se com o juiz. A controlada Enel Cien apresentou contra-razões ao recurso apresentado por Furnas, o qual se encontra pendente de julgamento pelo Tribunal de Justiça.

##### (iii) *Riscos fiscais*

###### Enel Brasil

###### Auto de infração de IR

Em 2014 a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para cobrança de IR sobre dividendos supostamente distribuídos a maior do que o devido nos anos de 2009 e 2010. A impugnação apresentada pela Companhia foi julgada improcedente. Foi apresentado recurso à segunda instância que aguarda decisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$272.972 (R\$255.795 em 2016).

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **25. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios-- Continuação**

#### b) Contingências com risco possível--Continuação

##### iii) *Riscos fiscais*--Continuação

###### Enel Brasil--Continuação

###### Autos de infração PIS e COFINS

Em 2006 a Secretaria da Receita Federal lavrou dois autos de infração referentes ao período de 2001 a 2005. Em primeira instância administrativa os autos de infração foram julgados parcialmente procedentes e a empresa apresentou recursos. Os valores envolvidos nestes processos, atualizados em 31 de dezembro de 2017, correspondem a R\$26.169 para a Cofins (R\$24.259 em 2016) e R\$3.705 para o PIS (R\$3.434 em 2016)

###### Controlada COELCE

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

###### ICMS

No âmbito estadual, a controlada discute diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$426.523 em 31 de dezembro de 2017 (R\$364.507 em 2016) e tratam de: regime especial originado do termo de acordo 035/91; base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; cancelamento de faturas; estorno de crédito - consumidor baixa renda; imposto em determinadas operações; energia adquirida para consumo próprio e diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais.

###### ISS

No âmbito municipal, a controlada possui processos judiciais e administrativos com o Município de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS que totalizam o montante de R\$42.847 e R\$4.125 em 31 de dezembro de 2017 (R\$39.938 e R\$3.798 em 2016) e tratam de: serviços acessórios; locação de bens móveis; retenção na fonte e serviços prestados em outros Municípios.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios-- Continuação

#### b) Contingências com risco possível--Continuação

##### (iii) *Riscos fiscais*--Continuação

###### Controlada Ampla Energia

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela controlada Ampla Energia em 1998. Na presente data a controlada segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$1.241.027 (R\$1.192.018 em 31 de dezembro 2016).

###### COFINS

Execução fiscal originada de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$162.483 (R\$156.721 em 2016).

###### ICMS - Diversos temas

No âmbito estadual, a controlada discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$209.553 em 31 de dezembro de 2017 (R\$200.337 em 2016), e tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; e (iv) comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores.

A controlada discute com o Estado do Rio de Janeiro a cobrança de multa formal decorrente de suposta inexatidão no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN"), no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$29.891 (R\$27.275 em 2016).

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios-- Continuação

#### b) Contingências com risco possível--Continuação

##### (iii) *Riscos fiscais*--Continuação

##### Controlada Ampla Energia--Continuação

##### Temas municipais

No âmbito municipal, a controlada Ampla Energia discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empachamento, juntos somam o valor de R\$37.801 em 31 de dezembro de 2017 (R\$36.400 em 2016). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R\$11.840 e R\$2.167, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 (R\$11.403 e R\$2.046 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente).

A controlada Ampla Energia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$37.594 (R\$34.693 em 2016).

A controlada Ampla Energia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2017 de R\$14.510 (R\$13.708 em 2016)

O Município de Magé ajuizou Execução Fiscal para cobrar multa por suposto recolhimento de ISS fora do prazo legal, no valor atualizado e provisionado de R\$1.128 em 31 de dezembro de 2017.

##### Controlada EGP Cachoeira Dourada

##### Contribuição social sobre o lucro - compensação de saldo de base negativa

A controlada EGP Cachoeira Dourada ajuizou ação declaratória, com pedido de depósito do valor integral do débito, para discutir judicialmente a autuação da Receita Federal do Brasil sobre a compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A controlada EGP Cachoeira Dourada aguarda o julgamento de seu recurso e o montante do processo atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$19.349 (R\$18.672 em 2016).

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios-- Continuação

#### b) Contingências com risco possível--Continuação

##### (iii) *Riscos fiscais*--Continuação

###### Controlada CGTF

###### PIS e COFINS

A controlada CGTF foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 a fevereiro a novembro de 2004. A controlada CGTF aguarda o julgamento de seu recurso pelo CARF. O valor atualizado do auto de infração é de R\$83.602 em dezembro de 2017 (R\$80.090 em 2016).

###### ISS

Execução Fiscal apresentada pelo município de Caucaia para cobrança de supostos débitos de ISS referente ao período de 2006 a 2010. A controlada CGTF apresentou Embargos à Execução Fiscal e aguarda julgamento de primeira instância. O valor atualizado do auto de infração é de R\$9.509 em 31 de dezembro de 2017 (R\$9.439 em 2016).

###### Controlada Enel Cien

###### PIS/COFINS

A Fazenda Nacional ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança de débitos de PIS e COFINS, nos valores atualizados de R\$8.303 em 31 de dezembro de 2017 (R\$8.041 em 2016). A controlada aguarda o julgamento dos recursos apresentados.

###### IRPJ/CSLL

A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração, em 29 de dezembro de 2008, para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003. A controlada pagou parcialmente o Auto e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003. O montante impugnado atualizado é de R\$11.540 em 31 de dezembro de 2017 (R\$10.930 em 2016).

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios-- Continuação

#### b) Contingências com risco possível--Continuação

##### (iii) *Riscos fiscais*--Continuação

##### Controlada Cien--Continuação

ICMS - Diferencial de alíquota

Em 2008, o Estado do Rio Grande do Sul ajuizou execução fiscal no valor de R\$18.781 em 31 de dezembro de 2017 (R\$18.099 em 2016), para cobrar o diferencial de alíquota incidente nos meses de fevereiro, março e abril de 2001. Aguarda-se julgamento do agravo regimental e interno apresentados pela Cien.

##### Controlada CELG D

Autos de infração referente ao período de 2000 a 2005 lavrados pela Receita Federal do Brasil por ter a controlada CELG D deixado de incluir nas bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores referentes ao ICMS. A controlada CELG D segue discutindo o tema através de ação judicial com decisão favorável em segunda instância. O valor envolvido nestes processos, atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$590.606. No âmbito municipal, a controlada CELG D discute ISS em execuções fiscais apresentadas pelo Município de Goiânia, no montante total de R\$115.641, em 31 de dezembro de 2017. A controlada CELG D, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2017 de R\$23.348.

##### Depósitos judiciais

O Grupo possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	65	135	288.193	191.166
Cíveis	-	-	124.314	60.074
Fiscais	-	-	46.641	34.488
Total	65	135	459.148	285.728

A rubrica de depósitos judiciais teve um aumento de aproximadamente 48% devido a inclusão dos valores da controlada CELG D no exercício de 2017 que contribuiu com o montante de R\$120.393.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 2017 houve o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$957.489.

As ações subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2017 está sendo representada por 306.957.022 ações ordinárias sem valor nominal (243.623.648 em 2016).

A distribuição da participação dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital
	(em unidades)		(em unidades)	
Enel Américas	295.381.664	96,23	221.705.984	91,00
Chilectra Inversud S.A.	-	-	10.342.306	4,25
Enel Generación Perú	6.957.053	2,27	6.957.053	2,85
	<b>302.338.717</b>	<b>98,50</b>	239.005.343	98,10
Ações em tesouraria	4.618.298	1,50	4.618.298	1,90
Conselheiros	7	0,00	7	0,00
Outros	4.618.305	1,50	4.618.305	1,90
Total	<b>306.957.022</b>	<b>100,00</b>	243.623.648	100,00

#### b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

A partir de 2012, a Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei nº 6.404/76 uma vez que a soma da sua reserva de capital mais a reserva legal excedeu a 30% do capital social.

#### c) Reforço de capital de giro

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro remanescente após distribuição de dividendos será destinada a formação da reserva de reforço para capital de giro, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. O montante total de reforço de capital de giro não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

Conforme apresentado na nota abaixo, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia destinou o valor de R\$556.948 (R\$512.874 em 2016) para constituição da reserva de capital de giro.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Patrimônio líquido--Continuação

#### d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	713.722
(+) Depreciação do ativo imobilizado (Custo atribuído)	24.866
(+) Dividendos prescritos	167
Lucro ajustado	738.755
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	184.689
	<u>554.066</u>
Ganho atuarial	2.882
Reserva de lucro - reserva reforço de capital de giro	<u>556.948</u>

A Assembleia Geral Ordinária que irá ocorrer em 27 de abril de 2018, irá aprovar os dividendos no montante de R\$184.689, referentes ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e determinar a data em que o mesmo será pago.

#### e) Reserva de capital

Em 2005, os acionistas aumentaram o capital da Companhia através do aporte dos investimentos nas atuais controladas. Esses aumentos de capital foram segregados em capital integralizado e reserva de capital - Ágio pelo valor que excedia o valor atribuído ao capital.

#### f) Outros resultados abrangentes

##### f.1) *Outros resultados abrangentes - ganhos e perdas atuariais*

Em conformidade com o CPC 33 (R1) que determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu o saldo líquido de ganhos atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no valor de R\$1.601 (perda de R\$23.303 em 2016).

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Patrimônio líquido--Continuação

f) Outros resultados abrangentes--Continuação

f.2) *Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior*

Em conformidade como CPC 02 (R2) que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o valor de R\$31.143 (R\$67.848 em 2016) decorrente da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, Companhia de Transmisión Del Mercosul S.A. - CTM e Transportadora de Energía S.A. - TESA.

f.3) *Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa*

Em conformidade com o CPC 38 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro 2017 o ganho líquido de R\$15.556 (perda de R\$2.801 em 2016) na rubrica de outros resultados abrangentes.

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **27. Compromissos**

Os principais compromissos do Grupo relacionados a contrato de longo prazo, são como segue:

#### Controlada COELCE

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.720.380 em 2018, R\$2.957.385 em 2019, R\$2.928.292 em 2020, R\$3.045.153 em 2021 e R\$65.158.300 após 2021.

#### Controlada Ampla Energia

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.432.722 em 2018, R\$2.528.031 em 2019, R\$2.516.199 em 2020, R\$2.687.932 em 2021 e R\$60.517.239 após 2021.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período em 31 de dezembro de 2017 que foram homologados pela ANEEL.

#### Controlada CELG D

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.574.134 em 2018, R\$2.929.499 em 2019, R\$3.140.898 em 2020, R\$3.397.077 em 2021 e R\$86.592.320 após 2021.

#### Controlada EGP Cachoeira Dourada

Os compromissos relacionados aos contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado ("CCEARs") relativos ao suprimento de energia firmados com clientes livres e distribuidoras acontecerão nos valores de R\$2.873.382 em 2018, R\$984.382 em 2019, R\$866.421 em 2020, R\$813.019 em 2021 e R\$766.918 após 2021.

#### Controlada CGTF

Os compromissos relacionados ao contrato de suprimento de energia firmado junto à parte relacionada Coelce acontecerão nos valores de R\$1.010.954 em 2018, R\$1.082.485 em 2019, R\$1.129.656 em 2020, R\$1.177.081 em 2021 e R\$1.221.294 após 2021.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Obrigações com benefícios pós-emprego (Consolidado)

#### Controlada Ampla Energia

A controlada Ampla Energia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

As principais características dos planos administrados pela controlada Ampla Energia seguem abaixo relacionadas:

a) *Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)*

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

Patrocinadora - contribui com 2,64% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$187 para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário.

Participantes assistidos - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a controlada Ampla Energia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31/12/2017, o valor atualizado desse compromisso é de R\$248.543, de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Obrigações com benefícios pós-emprego (Consolidado)--Continuação

#### Controlada Ampla Energia--Continuação

##### b) *Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)*

Patrocinadora - contribuição média de 6,40% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,89% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,51% destinados à cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,13% da folha de salários dos participantes ativos.

A controlada Ampla Energia firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$3.498 e R\$9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31/12/2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a controlada Ampla Energia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30/01/2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela Enel Distribuição Rio com o PACV totalizam a quantia de R\$90.214, de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros

##### c) *Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)*

A controlada Ampla Energia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da controlada Ampla Energia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela controlada Ampla Energia e pelo usuário em regime pré-pago.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Obrigações com benefícios pós-emprego (Consolidado)--Continuação

#### Controlada Ampla Energia--Continuação

##### d) *Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria*

A controlada Ampla Energia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na controlada Ampla Energia .

##### *Retorno real dos ativos dos planos*

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$492.442 (R\$493.335 em 2016), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a controlada Ampla Energia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

#### Controlada COELCE

A controlada COELCE é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela controlada COELCE têm as seguintes principais características:

##### a) *Plano de Contribuição Definida (CD)*

A controlada COELCE contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Obrigações com benefícios pós-emprego (Consolidado)--Continuação

#### Controlada COELCE--Continuação

##### b) *Plano de Benefício Definido (BD)*

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a controlada COELCE contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

##### c) *Plano de assistência médica*

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei no 9.656.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Obrigações com benefícios pós-emprego (Consolidado)--Continuação

#### Controlada COELCE--Continuação

##### c) *Plano de assistência médica--Continuação*

- Aposentados Lei no 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei no 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano.
- Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

##### d) *Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria*

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$158.735 em 31 de dezembro de 2017. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois eventual benefício econômico para a patrocinadora, somente poderá ser requerido se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora.

Os planos de assistência médica e FGTS para dezembro de 2017 apresentaram um passivo total de R\$101.640 (R\$96.722 em 2016).

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **28. Obrigações com benefícios pós-emprego (Consolidado)--Continuação**

#### Controlada CELG D

A controlada CELG D é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela controlada CELG D têm as seguintes principais características:

#### a) *Definição dos tipos de benefícios*

A CELG D, através da ELETRA, oferece aos seus empregados dois planos de benefícios, sendo o primeiro instituído originalmente na modalidade de Benefício Definido - BD (em fase de extinção) e outro, denominado Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido na fase de pagamento.

A CELG D tem responsabilidade no plano original de Benefício Definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No Plano Misto, a responsabilidade da CELG D, na fase de acumulação, é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a CELG D assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

#### b) *Cobertura do déficit técnico*

Para cobertura do déficit técnico relativo ao Plano de Benefício Definido, apurado até 31 de agosto de 2000, a CELG D celebrou instrumento de consolidação e parcelamento de débitos, sendo o saldo a pagar registrado no exigível da controlada CELG D .

#### c) *Descrição do plano de benefício definido*

Os benefícios deste Plano, são concedidos a partir do SRB - Salário Real de Benefício, regulamentado e calculado com limites sobre a remuneração vigente do empregado na data da concessão e estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Obrigações com benefícios pós-emprego (Consolidado)--Continuação

#### Controlada CELG D--Continuação

##### d) *Descrição do Plano Misto de Benefícios*

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do plano estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria.

##### e) *Custo do Patrocinador*

Política adotada para reconhecimento de perdas e ganhos atuariais:

De acordo com Leis Complementares nº 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre a patrocinadora, os participantes e os assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

De acordo com a divulgação dos resultados atuariais, efetuado por consultoria especializada, com base no CPC 33 (R1), o déficit atuarial apurado encontra-se suportado pelo contrato de confissão de dívidas firmado junto à ELETRA.

#### Plano de assistência saúde

A CELG D é uma das mantenedoras da caixa de assistência à saúde dos empregados da CELG - CELGMED, fundada em 1986, que opera plano privado de assistência à saúde classificada como autogestão, conforme art. 4º c/c art. 12, II da RN nº 137/2006, registrado junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o número 361461, como plano coletivo empresarial.

O Plano Básico de Assistência à Saúde dos Empregados da CELG, destina-se aos empregados ativos, inativos (aposentados) e pensionistas, bem como seus dependentes. A manutenção dos ex-empregados (aposentados) e pensionistas no Plano Básico de Assistência à Saúde é mediante ao pagamento da mensalidade integral, sem a participação da controlada CELG D, ou seja, são autopatrocinados.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Obrigações com benefícios pós-emprego (Consolidado)--Continuação

#### Plano de assistência saúde--Continuação

De acordo com o laudo atuarial o valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

#### Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	Ampla Energia		COELCE		CELG D		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	
Valor presente da obrigação atuarial no início do ano	<b>1.189.407</b>	1.029.004	<b>1.088.550</b>	893.700	-	<b>2.277.957</b>	1.922.704	
Aquisição controlada CELG D	-	-	-	-	<b>577.337</b>	<b>577.337</b>	-	
Custo dos serviços correntes	<b>2.321</b>	1.934	<b>3.079</b>	2.229	<b>995</b>	<b>6.395</b>	4.163	
Custo dos juros	<b>137.959</b>	138.053	<b>126.865</b>	120.573	<b>46.723</b>	<b>311.547</b>	258.626	
Contribuições de participantes do plano	<b>27</b>	24	<b>2.166</b>	2.069	-	<b>2.193</b>	2.093	
Benefícios pagos pelo plano	<b>(105.472)</b>	(110.851)	<b>(80.217)</b>	(75.486)	<b>(128.263)</b>	<b>(313.952)</b>	(186.337)	
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	<b>38.101</b>	131.243	<b>(6.495)</b>	145.465	<b>93.852</b>	<b>125.458</b>	276.708	
Valor presente da obrigação atuarial total	<b>1.262.343</b>	1.189.407	<b>1.133.948</b>	1.088.550	<b>590.644</b>	<b>2.986.935</b>	2.277.957	

#### Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		CELG D		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	<b>771.966</b>	656.657	<b>1.100.703</b>	929.341	-	<b>1.872.669</b>	1.585.998	
Aquisição controlada CELG D	-	-	-	-	<b>298.779</b>	<b>298.779</b>	-	
Retorno esperado dos ativos do plano	<b>92.061</b>	90.605	<b>130.284</b>	127.648	<b>30.402</b>	<b>252.747</b>	218.253	
Contribuições do participante do plano	<b>27</b>	24	<b>2.166</b>	2.069	-	<b>2.193</b>	2.093	
Contribuições do empregador	<b>76.393</b>	74.572	<b>15.841</b>	12.193	<b>117.338</b>	<b>209.572</b>	86.765	
Benefícios pagos pelo Plano	<b>(105.472)</b>	(110.851)	<b>(80.217)</b>	(75.486)	<b>(128.263)</b>	<b>(313.952)</b>	(186.337)	
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	<b>31.428</b>	60.959	<b>22.269</b>	104.938	<b>114.336</b>	<b>168.033</b>	165.897	
	<b>866.403</b>	771.966	<b>1.191.046</b>	1.100.703	<b>432.592</b>	<b>2.490.041</b>	1.872.669	

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Obrigações com benefícios pós-emprego (Consolidado)--Continuação

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	Ampla Energia		COELCE		CELG D	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações atuariais	<b>(1.262.343)</b>	(1.189.407)	<b>(1.133.948)</b>	(1.088.550)	<b>(590.644)</b>	<b>(2.986.935)</b>	(2.277.957)
Valor justo dos ativos	<b>866.403</b>	771.966	<b>1.191.046</b>	1.100.703	<b>432.591</b>	<b>2.490.040</b>	1.872.669
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	<b>(395.940)</b>	(417.441)	<b>57.098</b>	12.153	<b>(158.053)</b>	<b>(496.895)</b>	(405.288)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	-	-	<b>(158.738)</b>	(108.875)	-	<b>(158.738)</b>	(108.875)
Ativo/(passivo atuarial líquido) (*)	<b>(395.940)</b>	(417.441)	<b>(101.640)</b>	(96.722)	<b>(158.053)</b>	<b>(655.633)</b>	(514.163)
Dívida contratada	<b>(96.502)</b>	(75.894)	-	-	<b>(723)</b>	<b>(97.225)</b>	(75.894)
Ativo/(passivo atuarial líquido apurado)	<b>(492.442)</b>	(493.335)	<b>(101.640)</b>	(96.722)	<b>(158.776)</b>	<b>(752.858)</b>	(590.057)
Circulante	-	-	<b>2.593</b>	2.974	<b>38.837</b>	<b>41.430</b>	2.974
Não circulante	<b>492.442</b>	493.335	<b>99.047</b>	93.748	<b>119.939</b>	<b>711.428</b>	587.083

(\*) O valor referente a controlada Ampla Energia contempla o saldo da dívida contratada.

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	Ampla Energia		COELCE		CELG D	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Custo do serviço corrente	<b>2.348</b>	1.958	<b>5.245</b>	4.298	-	<b>7.593</b>	6.256
Contribuições de participantes	<b>(27)</b>	(24)	<b>(2.166)</b>	(2.069)	<b>995</b>	<b>(1.198)</b>	(2.093)
Custo do serviço líquido	<b>2.321</b>	1.934	<b>3.079</b>	2.229	<b>995</b>	<b>6.395</b>	4.163
Juros sobre a obrigação atuarial	<b>137.959</b>	138.053	<b>126.865</b>	120.573	<b>15.623</b>	<b>280.447</b>	258.626
Rendimento esperado dos ativos no ano	<b>(92.061)</b>	(90.605)	<b>(130.284)</b>	(127.648)	-	<b>(222.345)</b>	(218.253)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	<b>13.741</b>	17.909	-	<b>13.741</b>	17.909
Juros líquidos sobre o passivo	<b>45.898</b>	47.448	<b>10.322</b>	10.834	<b>15.623</b>	<b>71.843</b>	58.282
Juros líquidos sobre benefício definido passivo	<b>48.219</b>	49.382	<b>13.401</b>	13.063	<b>16.618</b>	<b>78.238</b>	62.445

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Obrigações com benefícios pós-emprego (Consolidado)--Continuação

Valor que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		CELG D	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Renda fixa	648.032	632.202	987.334	913.836	290.307	1.925.673	1.546.038
Renda variável	72.243	22.723	65.083	68.566	76.971	214.297	91.289
Investimentos imobiliários	108.779	108.314	113.105	100.920	32.348	254.232	209.234
Outros	37.349	8.727	25.524	17.381	32.965	95.838	26.108
Total do valor justo dos ativos do plano	866.403	771.966	1.191.046	1.100.703	432.591	2.490.040	1.872.669

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Ampla Energia		COELCE		CELG D	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Ganho/ (Perda) atuarial	(38.101)	(131.243)	6.495	(145.465)	(93.852)	(125.458)	(276.708)
Ganho sobre os ativos	31.428	60.959	22.269	104.938	114.335	168.032	165.897
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	-	-	(36.121)	32.112	-	(36.121)	32.112
Varição no ajuste para reconhecimento de dívida	(20.610)	43.392	-	-	-	(20.610)	43.392
Total de outros resultados abrangentes no exercício	(27.283)	(26.892)	(7.357)	(8.415)	20.483	(14.157)	(35.307)

Retorno real dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		CELG D	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Retorno esperado sobre os ativos do plano	92.062	90.605	130.284	127.648	30.402	252.748	218.253
Ganho atuarial sobre os ativos do plano	31.428	60.959	22.269	104.938	114.335	168.032	165.897
Retorno real sobre os ativos dos planos	123.490	151.564	152.553	232.586	144.737	420.780	384.150

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do efeito de teto de ativo de benefício definido

	Ampla Energia		COELCE		CELG D	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	75.896	119.288	108.875	123.077	-	184.771	242.365
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	13.741	17.909	-	13.741	17.909
Varição no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	20.610	(43.394)	36.122	(32.111)	-	56.732	(75.505)
Efeito do teto de ativo não reconhecido ao final do exercício	96.506	75.894	158.738	108.875	-	255.244	184.769

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Obrigações com benefícios pós-emprego (Consolidado)--Continuação

#### Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo estão demonstradas a seguir, em valores nominais:

#### **Controlada Ampla energia**

<b>Principais premissas atuariais</b>	<b>PCA</b>	<b>PACV</b>	<b>Médico</b>	<b>FGTS</b>
Taxa de desconto	9,72%	9,78%	9,36%	9,31%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,72%	9,78%	N/A	N/A
Taxa do crescimento salarial	7,38%	7,38%	N/A	7,38%
Taxa de inflação esperada	4,25%	4,25%	4,25%	4,25%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,25%	4,25%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média

#### **Controlada COELCE**

<b>Principais premissas atuariais</b>	<b>BD</b>	<b>CD</b>	<b>PAMA</b>	<b>FGTS</b>
Taxa de desconto	9,78%	9,36%	9,88%	8,73%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,78%	9,36%	N/A	N/A
Taxa do crescimento salarial	7,38%	7,38%	N/A	7,38%
Taxa de inflação esperada	4,25%	4,25%	4,25%	4,25%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,25%	4,25%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

#### **Controlada CELG D**

<b>Principais premissas atuariais</b>	<b>BD</b>	<b>CD</b>	<b>PAMA</b>	<b>FGTS</b>
Taxa de desconto	9,72%	9,72%	9,93%	8,68%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,72%	9,72%	9,93%	8,68%
Taxa do crescimento salarial	7,38%	7,38%	4,25%	7,38%
Taxa de inflação esperada	4,25%	4,25%	4,25%	4,25%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,25%	4,25%	4,25%	n/a
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos

Para avaliação atuarial dos planos de saúde do exercício de 2017, adotou-se como premissa para estimar o aumento dos custos médicos a taxa (inflação médica) de 9,18% a.a. (3% a.a. em termos reais). No exercício anterior a taxa assumida foi de 9,69% a.a. (3% a.a. em termos reais).

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Obrigações com benefícios pós-emprego (Consolidado)--Continuação

#### Premissas biométricas adotadas--Continuação

Para projeção das despesas assistenciais dos planos adotou-se como premissa em função da idade (aging fator) a taxa de 3,00% a.a. (3,00% a.a. em 2015) (. e para projeção das contribuições a taxa de 1,50% a.a em 2016 (1,50% a.a. em 2015). Além disso, considerou-se que todos os beneficiários optarão pela permanência no plano de saúde na aposentadoria. Com exceção da taxa de inflação médica adotada para avaliação atuarial de saúde, as demais premissas permaneceram as mesmas do exercício anterior.

Para os saldos acumulados no FGTS foi adotada a premissa de rentabilidade real nula.

### 29. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<b>709.836</b>	628.281	<b>948.946</b>	945.782
Alíquota nominal dos tributos (*)	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	34%
	<b>(241.322)</b>	(213.593)	<b>(322.620)</b>	(321.541)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	<b>240.595</b>	259.308	<b>(119.660)</b>	10.121
Incentivos fiscais	-	-	<b>95.878</b>	83.012
Ativo fiscal não constituído	-	-	<b>(13.627)</b>	-
Diferido constituído s/ prejuízo (PERT)	-	-	<b>130.639</b>	-
Outros	<b>4.613</b>	93	<b>9.964</b>	1.570
Efeito líquido de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	<b>4.117</b>	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>3.886</b>	45.808	<b>(215.309)</b>	(226.838)
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>(10.619)</b>	(11.138)	<b>(399.764)</b>	(368.172)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>14.505</b>	56.946	<b>184.455</b>	141.334
Total	<b>3.886</b>	45.808	<b>(215.309)</b>	(226.838)

(\*) O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social a 9%.

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 29. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		DRE e DRA	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IR e CS sobre diferenças temporárias	<b>844.618</b>	651.117	<b>193.501</b>	197.970
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>194.924</b>	216.158	<b>(21.234)</b>	33.143
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	<b>284.708</b>	274.950	<b>9.758</b>	23.088
Provisão para perdas de estoque	<b>400</b>	1.077	<b>(677)</b>	(291)
Remuneração das imobilizações em curso	<b>7.375</b>	8.172	<b>(797)</b>	(797)
Prejuízo fiscal	<b>168.246</b>	114.226	<b>54.020</b>	92.396
Variação cambial não realizadas	-	(55.834)	<b>55.834</b>	4.319
Provisão ganho/perda com instrumentos financeiros derivativos	<b>20.379</b>	24.944	<b>(4.565)</b>	24.944
Provisão transporte de energia	<b>36.618</b>	-	<b>36.618</b>	-
Provisão materiais e serviços	<b>137.244</b>	-	<b>137.244</b>	-
Outras	<b>(5.276)</b>	67.424	<b>(72.700)</b>	21.168
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	<b>(830.742)</b>	(297.455)	<b>(533.287)</b>	(56.636)
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	<b>44.483</b>	47.914	<b>(3.431)</b>	(3.470)
Variação cambial	-	1.183	<b>(1.183)</b>	1.183
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	-	(1.714)	<b>1.714</b>	40
Reversão fiscal diferimento	-	-	-	(1.907)
Diferido perdas de bens	<b>1.805</b>	1.805	-	-
Reserva de reavaliação	<b>(64.730)</b>	-	<b>(64.730)</b>	-
PPA CELG D (Purchase Price Allocation)	<b>(438.749)</b>	-	<b>(438.749)</b>	-
Ativo indenizável	<b>(329.421)</b>	(289.653)	<b>(39.768)</b>	(65.342)
Custo atribuído	<b>(44.130)</b>	(56.990)	<b>12.860</b>	12.860
Efeito no resultado do exercício	<b>13.876</b>	353.662	<b>(339.786)</b>	141.334
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	<b>235.493</b>	225.921	<b>9.572</b>	13.446
Plano de pensão	<b>241.915</b>	226.157	<b>15.758</b>	12.004
Variação cambial	<b>(1.485)</b>	-	<b>(1.485)</b>	-
Swap	<b>(4.937)</b>	(236)	<b>(4.701)</b>	1.442
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Reconhecido no patrimônio líquido	<b>(2.660)</b>	(2.660)	-	(2.660)
Custo atribuído	<b>(2.660)</b>	(2.660)	-	(2.660)
Total	<b>246.709</b>	576.923	<b>(330.214)</b>	152.120
Ativo diferido	<b>659.957</b>	628.049	-	-
Passivo diferido	<b>(413.248)</b>	(51.126)	-	-

### 30. Receita líquida (Consolidado)

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do fornecimento de energia elétrica é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Fornecimento faturado	17.534.152	11.572.149
Fornecimento não faturado	341.625	382.517
Consumidores, concessionários e permissionários	17.875.777	11.954.666
Suprimento de energia elétrica	1.830.251	1.177.709
Subvenção baixa renda	262.396	233.601
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	183.110	132.426
Subvenção CDE - desconto tarifário	681.445	442.366
Disponibilidade da rede elétrica	524.548	310.125
Disponibilidade da rede elétrica (RAP)	313.443	302.098
Disponibilização da rede de transmissão com partes relacionadas	9.647	10.844
Receita de construção	2.203.930	1.391.428
Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros	1.028.930	(700.909)
Outras receitas	444.185	231.473
Receita operacional bruta	25.357.662	15.485.827
(-) Deduções da receita		
ICMS	(4.718.114)	(3.046.749)
PIS	(396.595)	(240.694)
COFINS	(1.739.023)	(1.108.710)
ISS	(8.373)	(4.555)
RGR - Quota para reserva global de reversão	(16.205)	(17.910)
CDE	(1.606.170)	(1.085.546)
P&D e eficiência energética	(137.227)	(99.230)
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	(10.191)	(13.365)
Bandeiras tarifárias	(275.664)	-
Taxa de Fiscalização	(21.091)	(15.388)
Outros impostos e contribuições sobre a receita	(1.337)	(328)
Total de deduções de receita	(8.929.990)	(5.632.475)
Total	16.427.672	9.853.352

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 31. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Depesas Gerais e Administrativas	Outras	Total	Depesas Gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(41.809)	-	(41.809)	(42.712)	-	(42.712)
Material	(234)	-	(234)	(72)	-	(72)
Serviços de terceiros	(24.018)	-	(24.018)	(53.250)	-	(53.250)
Depreciação e amortização	(416)	-	(416)	(444)	-	(444)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	(19.903)	(19.903)	-	(21.511)	(21.511)
Resultado da equivalencia patrimonial	811.254	-	811.254	568.600	-	568.600
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	(16.921)	-	(16.921)
Reversão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatório	147	-	147	-	-	-
Outras (despesas)/receitas operacionais	(75.887)	465	(75.422)	(41.323)	163	(41.160)
	<b>669.037</b>	<b>(19.438)</b>	<b>649.599</b>	<b>413.878</b>	<b>(21.348)</b>	<b>392.530</b>

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 31. Custos e despesas operacionais--Continuação

	31/12/2017				31/12/2016					
	Custo do Serviço	Despesa de Vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do Serviço	Despesa de Vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(347.067)	(8.030)	(404.878)	-	(759.975)	242.892	(6.341)	(167.235)	-	(416.468)
Administradores	(520)	(513)	(4.286)	-	(5.319)	(1.606)	(583)	(5.417)	-	(7.606)
Material	(44.090)	-	(10.675)	-	(54.765)	(35.213)	-	(4.377)	-	(39.590)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(237.836)	-	-	-	(237.836)	(263.364)	-	-	-	(263.364)
Serviços de terceiros	(1.035.393)	(29.610)	(200.891)	-	(1.265.894)	(711.952)	(9.669)	(159.120)	-	(880.741)
Energia elétrica comprada para revenda	(8.085.127)	-	-	-	(8.085.127)	(3.706.520)	-	-	-	(3.706.520)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(780.462)	-	-	-	(780.462)	(476.379)	-	-	-	(476.379)
Encargo do uso de rede elétrica	(2.422)	-	-	-	(2.422)	-	-	-	-	-
Transporte de potência	(53.252)	-	-	-	(53.252)	-	-	-	-	-
Encargos do serviços de sistema	241.057	-	-	-	241.057	(78.859)	-	-	-	(78.859)
Custos na desativação de bens	(75.080)	-	-	-	(75.080)	(137.852)	-	-	-	(137.852)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	(16.921)	-	(16.921)
Depreciação e amortização	(753.212)	-	(44.353)	-	(797.565)	(527.703)	-	(29.000)	-	(556.703)
PCLD clientes	-	(225.103)	(2.049)	-	(227.152)	-	(322.278)	(2.514)	-	(324.792)
Perda de recebíveis de clientes	-	(16.042)	-	-	(16.042)	-	(21.377)	-	-	(21.377)
Custo de construção	(2.203.930)	-	-	-	(2.203.930)	(1.391.428)	-	-	-	(1.391.428)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	-	-	(4.833)	-	(4.833)	-	-	(62.763)	-	(62.763)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	-	(19.903)	(19.903)	-	-	-	(21.511)	(21.511)
Amortização do PPA (Purchase Price Allocation)	-	-	-	(93.955)	(93.955)	-	-	-	-	-
Indenizações DIC/FIC	(128.388)	-	-	-	(128.388)	(63.959)	-	-	-	(63.959)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	150.145	150.145	-	-	-	97.732	97.732
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(889)	-	(889)	-	-	-	-	-
Seguros	-	-	(242)	-	(242)	-	-	-	-	-
Outras custos e despesas operacionais	(100.017)	(134)	(178.032)	20.674	(257.509)	(65.482)	(17)	(123.468)	8.451	(180.516)
	<b>(13.605.739)</b>	<b>(279.432)</b>	<b>(851.128)</b>	<b>56.961</b>	<b>(14.679.338)</b>	<b>(7.703.209)</b>	<b>(360.265)</b>	<b>(570.815)</b>	<b>84.672</b>	<b>(8.549.617)</b>

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 32. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receita financeira</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	<b>48.985</b>	15.968	<b>119.792</b>	108.593
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	-	-	<b>65.387</b>	67.041
Transações com partes relacionadas	<b>217.004</b>	216.432	-	-
Variação monetária dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	-	-	<b>42.477</b>	32.545
Receita financeira - Ativo indenizável	-	-	<b>116.962</b>	192.180
Correção depósitos judiciais	-	-	<b>13.344</b>	15.431
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	<b>207.851</b>	182.103
Juros fundo de pensão	-	-	<b>248</b>	572
Variação cambial ativa	<b>81.834</b>	36.569	<b>125.052</b>	102.808
Atualização crédito PIS e COFINS	-	-	<b>148.060</b>	-
Outras receitas financeiras	<b>6.667</b>	11.335	<b>114.391</b>	77.924
<b>Total da receita financeira</b>	<b>354.490</b>	280.304	<b>953.564</b>	779.197
<b>Despesa financeira</b>				
Variações monetárias	-	-	<b>(68.461)</b>	(33.748)
Encargos de dívidas	<b>(68.682)</b>	(13.292)	<b>(426.674)</b>	(214.055)
Atualização de impostos e multas	-	(250)	<b>(13.385)</b>	(5.788)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	<b>(77)</b>	(142)	<b>(137.266)</b>	(179.380)
Encargo de fundo de pensão	-	-	<b>(72.091)</b>	(58.853)
Juros debêntures	-	-	<b>(64.191)</b>	(102.010)
Variações monetárias debêntures	-	-	<b>(12.943)</b>	(40.661)
Instrumentos financeiros derivativos	<b>(75.676)</b>	-	<b>(344.272)</b>	(221.727)
Atualização P&D/PEE	-	-	<b>(18.426)</b>	(4.430)
Encargos com vendas de recebíveis	-	-	<b>(121.000)</b>	(15.227)
Variação monetária dos valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	-	-	<b>(79.736)</b>	-
Multas	-	-	<b>(47.712)</b>	(3.376)
Variação cambial passiva	<b>(118.378)</b>	(29.663)	<b>(197.945)</b>	(156.881)
Outras despesas financeiras	<b>(31.440)</b>	(1.206)	<b>(148.852)</b>	(101.014)
<b>Total da despesa financeira</b>	<b>(294.253)</b>	(44.553)	<b>(1.752.954)</b>	(1.137.150)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>60.237</b>	235.751	<b>(799.390)</b>	(357.953)

## Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 33. Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas implantaram o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos, metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação no exercício de 2017 foi de R\$7.284 (R\$5.450 em 2016). A participação da Companhia somada às controladas, no exercício de 2017, foi de R\$46.114 (R\$44.932 em 2016).

### 34. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço do Grupo estão segurados por uma apólice de Risco Operacional com um limite máximo de indenização combinado de Danos Materiais e Lucros Cessantes. O Grupo também contrata um seguro de Responsabilidade Civil que faz parte do programa de seguros corporativos. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 31 de outubro de 2017 a 31 de outubro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, as controladas da Enel Brasil possuíam as seguintes coberturas de seguros.

#### Risco operacional

Controladas	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	De	Até		
Ampla Energia	01/11/2017	31/10/2018	1.446.197	163.510
EGP Cachoeira Dourada	01/11/2017	31/10/2018	2.648.397	3.805.859
Enel Cien	01/11/2017	31/10/2018	1.453.592	3.805.859
CGTF	01/11/2017	31/10/2018	919.390	3.805.859
COELCE	01/11/2017	31/10/2018	918.106	163.510
EGP Projetos I	01/11/2017	31/10/2018	1.140.000	N/A
Enel Soluções	01/11/2017	31/10/2018	12.291	3.805.859
CELG D	01/11/2017	31/10/2018	5.756.352	163.510

#### Responsabilidade civil

Controladas	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	De	Até		
Ampla Energia	01/11/2017	31/10/2018	N/A	654.040
EGP Cachoeira Dourada	01/11/2017	31/10/2018	N/A	654.040
Enel Cien	01/11/2017	31/10/2018	N/A	654.040
CGTF	01/11/2017	31/10/2018	N/A	654.040
COELCE	01/11/2017	31/10/2018	N/A	654.040
Enel Soluções	01/11/2017	31/10/2018	N/A	654.040
CELG D	01/11/2017	31/10/2018	N/A	654.040

## **Enel Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **35. Eventos subsequentes**

#### Controlada CGTF (Contrato de compra e venda de gás)

A Petrobras, fornecedor de gás natural para a controlada CGTF, requereu em 08 de setembro de 2017 a rescisão do contrato de suprimento de gás natural alegando eventual desequilíbrio econômico-financeiro relacionado com o preço e condições de suprimento do gás, depois de quase 15 anos do seu início de operação. Este contrato entrou em vigor a partir de 27 de dezembro de 2003 e foi firmado no âmbito do Programa Prioritário de Termoeletricidade instituído pelo Governo Federal para solucionar o problema do racionamento de energia elétrica, que consistia em aumentar a geração termelétrica no Brasil, e tendo o Estado Brasileiro como garantidor do suprimento de gás natural, a preços regulados e estabelecidos em Portaria Interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, e executado através da Petrobras, que detém o monopólio de gás no País.

A controlada CGTF, com o objetivo de seguir operando para a segurança elétrica do País, mantinha o contrato vigente através de uma liminar obtida no final de dezembro de 2017 em uma ação judicial promovida contra a Petrobras e outros. Entretanto, no dia 27 de fevereiro de 2018 a controlada CGTF tomou conhecimento da extinção da ação judicial e, conseqüentemente, da perda de eficácia da liminar. Nesta mesma data a controlada CGTF foi notificada pela Petrobras informando a interrupção do suprimento de gás. A controlada CGTF está recorrendo desta decisão com o firme propósito de restabelecer o suprimento de gás natural para a Central, confiando que o Poder Judiciário e o Estado Brasileiro reconhecerão a obrigação de ser honrado o compromisso estabelecido no Programa Prioritário de Termoeletricidade e em virtude do contrato firmado no ano de 2003.